



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4<sup>th</sup> MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 33 - Nº 634- DE 18 DE ABRIL A 2 DE MAIO DE 2021 - R\$ 4,00

## BURGUESIA E GOVERNANTES FRACASSAM NO COMBATE À PANDEMIA

**Lutemos pela recuperação das forças sociais do proletariado, no campo da independência de classe**

**1º de Maio**

**Por um 1º de Maio presencial,  
classista e internacionalista!**

**Não à impostura do 1º de Maio virtual! Que o 1º de Maio sirva à luta contra a política de conciliação de classes da burocracia sindical vendida. Que o 1º de Maio aprove um plano de emergência próprio dos trabalhadores. Por um 1º de Maio que organize a luta contra o fechamento de fábricas e em defesa dos empregos!**



*Sob a bandeira dos 150 anos da Comuna de Paris, lutemos para superar a crise de direção revolucionária*

## Como se tem respondido, e como se deve responder ao negacionismo

A segunda onda do Covid-19 evidenciou, definitivamente, a incapacidade da burguesia e de seus governantes de controlar a pandemia, e de protegerem a população. No início de maio, estão previstas 400 mil mortes. As projeções, até o final do ano, são muito mais sombrias. A arremetida da contaminação, desde janeiro, expõe as contradições da primeira onda, que perpassou cerca de um ano. As medidas de isolamento social, em grande medida, fracassaram. O desmonte da estrutura hospitalar de emergência mostrou a irresponsabilidade dos governos. A imprevidência com o abastecimento de remédios e oxigênio indicou o disparate nas medidas elementares de socorro às vítimas. E, considerando o sistema geral de saúde, constataram-se as precárias condições materiais e humanas do sistema público, em contraste com o possante sistema privado. Acrescenta-se a esse quadro o tardio e lento processo de vacinação.

Desde logo, esteve claro que o vírus se espalharia entre as massas, formadas de maioria pobre e miserável. Os infectologistas anunciaram prontamente o perigo de a contaminação penetrar nos bairros populares e nas favelas. Instalada entre os pobres e miseráveis, levaria o sistema de saúde público à falência, e provocaria óbitos em escala crescente.

Na primeira etapa do combate ao agente da natureza, era imprescindível um amplo e rigoroso distanciamento social, acompanhado de recursos subsidiários de proteção, como uso de máscara e outros itens. E recorrer ao aparelhamento emergencial do SUS. O isolamento social serviu de coluna vertebral das diretrizes da OMS, até que a vacina estivesse pronta.

Esse plano geral causou divergências e duros conflitos no seio da burguesia e, portanto, de seus governantes. Dividiram-se em dois campos: de um lado, o “negacionismo”; de outro o “afirmacionismo” (termo esse não utilizado). O primeiro negava a ciência e o segundo, a afirmava. A consequência prática estava em se contrapor à aplicação geral do isolamento social, ou utilizá-la planejadamente. Os notórios negacionistas foram Trump, nos Estados Unidos, Bolsonaro, no Brasil. Não por acaso, o governo brasileiro mantinha o compromisso de seguir o chefe do imperialismo. Trump abrandou o seu negacionismo, diante dos interesses dos laboratórios norte-americanos, que se armaram para a corrida da vacina. E Bolsonaro continuou um radical adversário do isolamento social, e de uma rápida resposta imunológica.

A estupidez dessa posição reacionária levou o chefe do Estado brasileiro a dizer que o país estava apenas diante de uma “gripezinha”. O conceito “negacionismo”, que tem o sentido prático de negar a gravidade da pandemia, e, logo, as medidas de isolamento social e a vacinação em massa, no entanto, acabou sendo reduzido à ideologia religiosa, ao obscurantismo sectário, que servia de cortina de fumaça às implicações econômicas e sociais.

O governador Doria passou a liderar uma aliança de go-

vernadores de distintos matizes políticos, contrária ao “negacionismo”, limitando-se a atacá-lo como negação da ciência e, portanto, da vida. Esvaziou-se, assim, o fator determinante da resistência bolsonarista, que era e é, sobretudo, o fator econômico-financeiro. Setores do grande capital, e também dos médios e pequenos empresários, alimentaram o negacionismo. Principalmente, esses últimos continuam ferozes opositores do isolamento social, mas não da vacinação. O negacionismo de Bolsonaro persiste, mas politicamente derrotado. Ocorre que o “afirmacionismo” dos doristas e aliados se mostrou incapaz de controlar a pandemia, e de garantir plenas condições hospitalares. Isso porque também esteve limitado pelo poder econômico, que poderia ceder, até certo ponto, à queda dos negócios. É nesse quadro de contradições que fracassou a política burguesa do isolamento social, atrasou a vacinação e estendeu a senda das mortes.

Há, porém, outras formas de negacionismo, que ficaram ocultas sob os escombros desse embate. O controle monopolista das vacinas, e a guerra comercial desatada em torno à preciosa mercadoria, atrasam a imunização mundial, e vedam o seu acesso à maioria das nações atrasadas, semicolônias. A bandeira limitada de quebra de patentes indica que o mundo está diante de um dos piores negacionismos. No entanto, os afirmacionistas brasileiros da ciência e da vida permanecem de joelhos perante os monopólios, e o novo chefe do imperialismo, Biden, que se colocou pelo afirmacionismo diante de Trump.

Há outro negacionismo oculto, que é o das direções sindicais e dos partidos reformistas e centristas. Esses afirmacionistas desarmaram ideológica, política e organizativamente a classe operária, diante do negacionismo de Bolsonaro e do afirmacionismo de Doria. Em nome do isolamento social, passaram a negar a necessidade objetiva de mobilizar os explorados por uma resposta própria. E a colaborar com a burguesia, negando-se a organizar a luta contra o fechamento de fábricas, demissões, reduções salariais e perdas de direitos.

Os três negacionismos são variantes de um mesmo problema: a incapacidade da burguesia proteger os explorados diante da pandemia. Somente com o programa, a política e os métodos de luta da classe operária é possível enfrentar de conjunto os negacionismos dos burgueses e o negacionismo antioperário da burocracia sindical.

Lutemos pela recuperação das forças sociais da classe operária e dos demais trabalhadores com um programa próprio de emergência, e com a mobilização das massas. O Partido Operário Revolucionário chama a vanguarda com consciência de classe a lutar pela realização do 1º de Maio presencial, classista e internacionalista. Que o dia mundial dos trabalhadores sirva para rejeitar os negacionismos burgueses e antioperários, e afirmar a organização independente dos explorados, tendo por base suas reivindicações, e por estratégia a revolução e ditadura proletárias.

## Caminhos da crise

Está claro que o governo militarista-fascistizante de Bolsonaro está esgotado para importantes setores da burguesia. Pesou sua orientação de negar a virulência da pandemia, e promover um dos mais sérios conflitos federativos, desde as dissensões interburguesas da década de 1930. Pesou também a derrota de Trump nos Estados Unidos, desmoralizando o alinhamento dos bolsonaristas com a administração dos republicanos. No primeiro caso, Bolsonaro dá um passo para se adaptar às pressões da frente de governadores e setores parlamentares de sua própria base, e retrocede dois passos. No segundo, vem cedendo, forçosamente, às exigências do vitorioso Biden, não tendo muito campo de manobra, diante do novo regente do imperialismo.

Bolsonaro conta ainda com apoio de amplas camadas da classe média, principalmente de pequenos e médios negociantes e produtores rurais. Os militares sofreram uma trinca, mas não ao ponto de se afastarem dos mais de seis mil cargos que ocupam na administração do Estado. E a base parlamentar de Bolsonaro se mantém coesa, apesar de poderosas forças centrífugas forçarem passagem. A heterogênea oposição não tem conseguido superar o raquítico número de 130 deputados mais fiéis. A compra de partidos, de deputados e senadores pelo governo federal continua sendo a moeda forte da supremacia governista. De maneira que o presidente pôde passar pela defenestração do ministro da Defesa e dos três comandantes das Forças Armadas, sem que a oposição burguesa passasse a constituir um perigo ao governo. Perigo imediato que somente poderia vir do Congresso Nacional.

Uma enorme quantidade de pedidos de impeachment dorme na gaveta dos presidentes da Câmara e do Senado. Os rumores crescem, com a instalação da CPI da Covid-19, em meio a um choque entre o Executivo e o Judiciário. O entusiasmo da parte da oposição que compõe a sua ala esquerda não passa de fogos de artifícios. Não houve substancial mudança nas relações de força entre as quatro paredes do Congresso Nacional e na ostensiva presença de militares no governo federal.

O enfraquecimento de Bolsonaro diz respeito ao aumento das dificuldades para tomar a iniciativa política no quadro da pandemia, estancar a dispersão federativa, e dar ordens aos governadores insubordinados. A CPI, caso funcione, só fará reunir provas institucionais dos crimes de Bolsonaro, que resultaram de sua resistência à aplicação do isolamento social, à compra de vacinas, a um Plano Nacional de Vacinação, à garantia de medi-

camentos e insumos básicos às UTIs. Esse quadro, que responsabiliza o presidente da República da tragédia nacional, está à vista da população. No entanto, os governadores e partidos da oposição – de direita, centro e esquerda – se guiaram por não colocar as massas nas ruas. Assim, ficaram estabelecidos dois campos. De um lado, a oposição, amparada em uma parcela dos governadores, tendo à frente o governador de São Paulo, praticando o vai e vem do isolamento. O que implicou evitar qualquer revolta popular. De outro, o governo federal, agindo o tempo todo para reduzir o máximo possível o uso do isolamento. O que deu lugar a pequenas e controladas manifestações de bolsonaristas nas ruas. As pressões contrárias às mobilizações

***A política do reformismo necessita das ilusões democráticas das massas, de que podem eleger um novo e melhor governo, sem precisar lutar pelas suas próprias necessidades, com suas próprias forças, e sem precisar ter a consciência de que o novo governo eleito pelo voto dos explorados servirá aos interesses dos exploradores.***

prevaleceram sobre as massas. Eis por que a bandeira do impeachment adormeceu na gaveta do Congresso Nacional, e não causou pesadelo em Bolsonaro e sua renque de militares.

Os discursos de “Fora Bolsonaro” e impeachment da esquerda oposicionista – independente de suas nuances partidárias – ficou na prateleira da propaganda. Toda a esquerda, tendo na liderança o PT, que foi em sua prateleira em busca do impeachment e do Fora Bolsonaro – com ou sem Mourão – teve de recolocar essa bandeira na prateleira, podendo voltar a evocá-la a qualquer momento. O problema permaneceu igual a todos os antibolsonaristas: manterem-se fiéis à política burguesa do isolamento social.

Da negativa em organizar o movimento nacional, sobreveio a impotência política, diante de um governo que se desmancha por conta própria. Os esquerdistas verbais apregoam uma “greve sanitária nacional”, e “Fora Bolsonaro e Mourão”, mas são contra até mesmo realizar um Primeiro de Maio presencial. Está absolutamente claro que, se não for posto em marcha um movimento nacional pelo impeachment, Bolsonaro continuará zombando com suas ameaças de golpe.

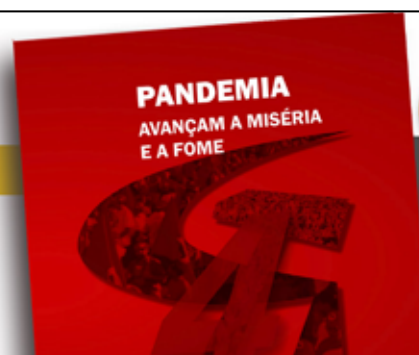
**Publicado o livro:**

**PANDEMIA**

**AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME**

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



**R\$40**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR**



Lula é a esperança do PT e de maior parte das esquerdas. Essa é a variante real que a oposição como um todo espera vingar. A oposição de centro-direita também precisa responder à decomposição do governo Bolsonaro, sem que os explorados estejam nas ruas, se autodefendendo do flagelo da pandemia e do desastre da crise econômica. A situação mais favorável e sensata para Lula é que tudo caminhe pacificamente para as eleições.

A política do reformismo necessita das ilusões democráticas das massas, de que podem eleger um novo e melhor governo, sem precisar lutar pelas suas próprias necessidades, com suas próprias forças, e sem precisar ter a consciência de que o novo governo eleito pelo voto dos explorados servirá aos interesses dos exploradores.

Tanto as forças da esquerda adaptada ao capitalismo, quanto as do centro-direita, preparam-se para se desfazer do governo Bolsonaro. Preparam-se para arregimentarem as massas, e para mantê-las passivas e submissas, diante da hecatombe da pandemia e do avanço da barbárie social. As direções sindicais se têm perfilado por trás dessa linha. A bandeira do impeachment é secundária, eventual, para os reformistas. A esquerda socialista verbal, que se enfileirou em torno ao impeachment, terá de seguir a trajetória de Lula, principalmente se sua candidatura ascender ainda mais. Não falta o argumento de que, se for para livrar o país de Bolsonaro, se devem fechar as narinas, e ficar com Lula e o PT. Ou que as massas populares estão com Lula, então é preciso ficar com as massas. Passa-se uma borracha na experiência de quatorze anos de governo petista, como se fosse possível ocultar que Lula e Dilma serviram à burguesia. Essa particular circunstância política reflete a profunda desorganização do proletariado, e a quase inexistente consciência de classe, que, por sua vez, reflete a grave crise histórica de direção revolucionária.

Não apenas as esquerdas, mas também vozes da oposição burguesa de centro-direita, acusam Bolsonaro de genocida. No entanto, nada fizeram para levantar as massas contra o genocida. O máximo de “ação” foi discursarem, indignados, pelo impeachment. Vimos que Doria e seus aliados, entre eles os governadores do PT e PCdoB, tiveram de contar com o STF, para se livrarem das imposições de Bolsonaro. E vimos que

as centrais, sindicatos e movimentos se recolheram detrás dos governadores. Não poderiam organizar manifestações, se haviam abraçado a política dos governadores dissidentes e críticos do negacionismo de Bolsonaro. Tornou-se facilímo aos reformistas e ao seu braço sindical denunciar o negacionismo do reacionário, e, ao mesmo tempo, negar a necessidade imperiosa de organizar as massas em defesa própria. E sem se importarem em revelar o negacionismo dos monopólios que controlam as vacinas e dos governos imperialistas, que passaram a usar o milagroso medicamento para fins de guerra comercial.

Observando os fatos como um todo, nota-se que há mais de um negacionismo e mais de um responsável pela montanha de mortos. Não se pode desvincular os caminhos da crise dessas complexas relações, que se formaram no interior da burguesia internacional e nacional. E que emaranharam e arrastaram as organizações operárias e populares, rigidamente controladas pela burocracia sindical. Somente os interesseiros, desonestos ou estúpidos, politicamente, podem fingir que as direções sindicais

e os partidos a elas ligados não têm nenhuma responsabilidade diante do fracasso do isolamento social, da escassez de vacina, do descontrole da pandemia, da mortandade, da onda de demissões, do fechamento de centenas de fábricas, do miserável auxílio emergencial e da disseminação da fome endêmica. É certo que há uma escala de responsabilidade. O poder está nas mãos de Bolsonaro e dos governadores. Esse é o nível de responsabilidade da classe dominante, que é a burguesia. Mas, há a responsabilidade das direções, que controlam as organizações das massas, e que as sujeitaram ao nível superior da responsabilidade dos governos burgueses.

A tarefa revolucionária se concentra na luta por libertar os explorados dos caminhos da crise, determinados pelas condições particulares da crise capitalista, potenciada pela pandemia. A bandeira que guia a vanguarda com consciência de classe é a de recuperar as forças sociais da classe operária e dos demais trabalhadores. O que virá pelas próprias necessidades objetivas das massas, pelo desenvolvimento da política de independência diante das forças burguesas, pela defesa de um programa próprio dos explorados e pelo paciente trabalho em torno à estratégia da revolução proletária.

***Não apenas as esquerdas, mas também vozes da oposição burguesa de centro-direita, acusam Bolsonaro de genocida. No entanto, nada fizeram para levantar as massas contra o genocida. O máximo de “ação” foi discursarem, indignados, pelo impeachment. Vimos que Doria e seus aliados, entre eles os governadores do PT e PCdoB, tiveram de contar com o STF, para se livrarem das imposições de Bolsonaro.***

**Publicado o livro:**

**LEON TROTSKY**

**A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.

**LEON TROTSKY**

**A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

**R\$ 35**

**ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR**

# Chamado às centrais, sindicatos, movimentos e partidos que se reivindicam da luta dos trabalhadores

11 de abril de 2021

O Partido Operário Revolucionário (POR) se dirige às organizações dos trabalhadores e os partidos políticos que sempre organizaram o 1º de Maio, para que não deixemos de realizar manifestações em todo o país. Estamos a pouco mais de duas semanas da data do 1º de Maio, e não vimos iniciativas que indicassem a organização do dia internacional dos trabalhadores.

O POR entende que a excepcionalidade da situação, marcada pelo agravamento da crise sanitária, deve ser levada em consideração. Os cuidados com a contaminação não podem ser desconhecidos. O que não impede a realização de atos presenciais massivos do 1º de Maio. A excepcionalidade da situação, por outro lado, se traduz no agravamento das condições de vida da classe operária e da maioria oprimida. Não há como desvincular o flagelo causado pela pandemia, do flagelo causado pelo desemprego, subemprego, miséria e fome.

A coexistência do elevado número de mortes diárias nos hospitais, e o avanço exponencial da miséria e da fome, até agora, não tiveram uma resposta das organizações sindicais e populares à altura da crise sanitária e econômica. A espera de que a burguesia e seus governantes estanquem a bárbara sangria social tem tido, como consequência política, a renúncia da organização de um movimento das massas. Não temos conhecimento de um momento da história social, no Brasil, em que as direções, que controlam os sindicatos e os movimentos populares, tenham abdicado de tomar em suas próprias mãos problemas tão graves, e de trabalhar para que os explorados não ficassem completamente à mercê dos seus exploradores.

A decisão das direções, de fechar os sindicatos e evitar greves, manifestações e bloqueios, foi fundamental para que a classe operária e demais trabalhadores mergulhassem em profunda passividade, e se estilhassem como força social capaz de defender a si própria. A decisão de se limitarem às reuniões, assembleias, aos comunicados e atos virtuais neutralizou as organizações operárias, cuja função é a de responder à exploração do trabalho, às consequências nefastas das crises capitalistas, e mesmo às situações excepcionais como à da pandemia. Não tem o mínimo sentido a negativa das direções de organizar e mobilizar os trabalhadores, em nome do isolamento social, quando a imensa maioria tem sido obrigada a ir ao trabalho, deixar suas casas, tomar os transportes coletivos superlotados, e enfrentar filas das cestas-básicas, do auxílio emergencial, dos bancos, etc. A tragédia que se abate sobre a maioria oprimida, e que persiste por mais de um ano, é mais do que suficiente para deixar claro que a burguesia e seus governantes se mostraram incapazes de proteger a força de trabalho. Somente a classe operária e demais explorados têm necessidade e interesse social de preservar a vida das massas, que movimentam a economia, entregando-se diariamente aos capitalistas, por um

salário que mal dá para sobreviver.

Quem não vê que o poder econômico vem ditando as possibilidades e limites de seu Estado em responder à catástrofe humana e econômica, impulsionada pela pandemia? Quem não vê que a correta orientação científica do isolamento social se choca com as leis econômicas do capitalismo e os interesses particulares dos poderosos grupos empresariais? Quem não vê que sua limitada aplicação não tem conseguido alterar o curso ascendente da contaminação e mortes? Quem não vê que os monopólios farmacêuticos e as potências imperialistas se vêm valendo da crise sanitária para promover a guerra comercial? Essas perguntas somente podem ser respondidas pelas direções, que não tenham alienado a independência política e organizativa dos sindicatos e movimentos. Sabemos disso. E, por isso, o POR vem lutando para que os trabalhadores exijam que suas organizações rompam a passividade, e passem a trabalhar em favor das reivindicações próprias dos explorados. Não podemos permitir que se repita o mesmo que se passou com o 1º de Maio do ano passado. A dura experiência comprovou que a renúncia à luta das massas permitiu à burguesia e seus governantes colocarem os interesses da ultraminoria exploradora sobre os da imensa maioria explorada.

Esse 1º de Maio deve ser de rompimento da paralisia e de mudança, da política passiva das direções, para a política ativa da classe operária. Desde o início da pandemia, foi posta na ordem do dia a necessidade das organizações operárias e movimentos convocarem as assembleias para aprovar um programa de emergência próprio dos oprimidos e planejarem a luta sistemática em sua defesa. Podemos dizer que a falta de resposta de classe à pandemia e à crise econômica resultou em uma tragédia política. É preciso dar um passo, para recuperar as forças sociais do proletariado e demais trabalhadores. O 1º de Maio deve cumprir esse objetivo classista.

O POR vem, perante as centrais, sindicatos, movimentos e partidos, defender a convocação de um 1º de Maio unitário, que aprove um programa de emergência próprio dos explorados, e que convoque um dia nacional de luta, com paralisações e manifestações. Que organize a retomada da luta por meio de assembleias e constituição de comitês de base.

***Por um 1º de Maio classista e unitário!***

***Por um programa de emergência próprio dos trabalhadores!***

***Pela convocação de um dia nacional de luta, em defesa dos empregos, salários, direitos e vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis!***

# Carta Aberta aos partidos que se reivindicam do socialismo

13 de abril de 2021

Dirigimos um chamado aos sindicatos, movimentos e centrais, para que organizassem um 1º de Maio unificado, classista e presencial. Sabíamos que nosso apelo se perderia no deserto.

As direções sindicais assumiram a bandeira do “fique em casa”. Deram a ela o conteúdo político e social de não realizar manifestações operárias e populares. Assim, amarraram os sindicatos, movimentos e centrais à política burguesa do isolamento social, que, como vemos, fracassou no objetivo de conter a pandemia, e reduzir o número de mortos. Esse atrelamento permitiu que as direções mantivessem a classe operária e os demais trabalhadores passivos e acuados, diante de uma onda de fechamento de fábricas e de demissões. Mais ainda, que colaborassem com a aplicação da MP 936, e que se recusassem a mobilizar os pobres, miseráveis e famintos, por um auxílio emergencial que de fato cobrisse as suas reais necessidades.

Bolsonaro e Congresso Nacional fizeram e desfizeram do auxílio emergencial, de maneira que, no pior momento da pandemia, decretaram um valor que sequer ameniza o flagelo de milhões. As direções sindicais, em vez de organizarem a luta dos explorados, se juntaram à campanha burguesa de arrecadação de alimentos. Não precisa ser um grande conhecedor da história social do capitalismo, para saber que o “humanitarismo” dos exploradores tem como função evitar o levante dos oprimidos, bem como bloquear a sua organização independente, e a elevação de sua consciência de classe.

A política de conciliação das direções sindicais desembocou no desarme ideológico, político e organizativo da classe operária e dos demais trabalhadores, no momento em que mais era preciso ter uma posição classista, e defender um programa de emergência próprio dos explorados. O resultado tem sido catastrófico para as condições de existência da maioria oprimida.

Quem não vê que a adesão das direções sindicais à cínica e hipócrita campanha de doação de alimentos, promovida pelas emissoras de rádio e TV, é uma forma de colaborar com o fracasso da burguesia em proteger as massas? Quem não vê que é uma quirela suplementar à migalha do auxílio emergencial? A solidariedade operária é aquela que fortalece a coesão dos explorados, que se lançam à luta em sua própria defesa. Vejam o que aconteceu com o fechamento da Ford. As centrais não organizaram uma solidariedade classista e ativa em defesa

dos empregos. Nesse exato momento, acontece o mesmo com o fechamento da LG.

Essa política antioperária e antipopular das direções vendidas ao capital é responsável pelo desarmamento da classe operária diante da pandemia, da crise econômica e da incapacidade da burguesia e de seus governantes de protegerem minimamente os pobres, miseráveis e famintos. É responsável por ter cancelado o Dia Nacional de Luta, em 18 de março do ano passado, quando a pandemia recém se manifestava. É responsável por não convocar o 1º de Maio de 2020. E agora, é responsável por repetir um 1º de Maio virtual e patronal.

A CSP-Conlutas, juntamente com a Intersindical, lançou um Manifesto “Por um 1º de Maio classista, de luta e internacionalista em defesa da vida”. No entanto, recorre ao mesmo caminho da virtualidade, traçado pela CUT, Força Sindical, CTB e outras centrais. Essa decisão impossibilita a realização de um 1º de Maio presencial, convocado pela CSP-Conlutas e Intersindical, que se postam de opositoras ao colaboracionismo das demais centrais. O argumento para não organizar o 1º de Maio presencial é o mesmo que o das direções burocráticas e conciliadoras. Em palavras, os representantes da CSP-Conlutas e Intersindical falarão em nome do classismo, da luta e do internacionalismo. Mas, na prática, permanecerão no mesmo campo das centrais, que se sujeitaram de corpo e alma à política burguesa do isolamento social, que se refugiaram na virtualidade, e que auxiliaram a burguesia a empurrar o proletariado a uma passividade jamais vista em tempos de crise.

Resta, então, a realização de um “1º de Maio classista, de luta e internacionalista” a ser organizado por uma frente de esquerda. Esse é o motivo pelo qual o Partido Operário Revolucionário propõe, às correntes que se reivindicam do socialismo, constituir um comitê de convocação do 1º de Maio presencial. Na reunião do comitê, podemos discutir o local e as bandeiras que unificam, sem que as correntes percam o direito de defenderem o que acham justo. O POR se dispõe, imediatamente, a realizar uma reunião. Esperamos uma resposta positiva. A situação exige que a classe operária e os demais explorados comecem a recuperar suas forças sociais, e a combater com seu programa e seus métodos em sua própria defesa.

Sem mais, saudações revolucionárias

*Partido Operário Revolucionário*

**Escute o Massas,**  
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO**



## Miséria e fome expõem a decomposição do capitalismo

A combinação da crise pandêmica e econômica, com perda de empregos, renda e alta no preço dos alimentos, empurrou milhões de brasileiros para a miséria e a fome. Famílias trabalhadoras vivem o drama de ter que escolher qual refeição fazer; mulheres, principalmente negras, vagam pelas feiras, disputando a xepa; o garimpo no lixo é cada vez mais frequente, e o alto preço do gás leva a todo tipo de improviso para preparar os alimentos. Nos semáforos, crescem os trabalhadores com placas pedindo emprego ou alimento. Os pedidos de porta em porta voltaram a fazer parte do cotidiano.

Dois estudos sobre o tema, divulgados nos últimos dias, traduzem essa realidade dramática em números. O *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19* traz dados referentes a setembro a novembro de 2020. E uma pesquisa divulgada em 13 de abril, intitulada *Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil*, referente a agosto a novembro do mesmo ano, feita por pesquisadores da Universidade Livre de Berlim (ULB), na Alemanha, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e com a Universidade de Brasília (UnB).

Conforme o Inquérito, 116,8 milhões de brasileiros não têm acesso permanente aos alimentos; deste, 43,4 milhões de pessoas vivem o que eles chamam de “insegurança alimentar leve ou moderada”, e 19,1 milhões vivem a insegurança alimentar grave, o que eles consideram a fome. A gradação da fome e a adoção do termo “insegurança alimentar” para a incerteza quanto ao acesso à comida ou redução na quantidade ou qualidade dos alimentos consumidos tem um componente ideológico, serve como eufemismo para a fome, adotaremos o termo, porém, para expor os números revelados nas pesquisas.

As pesquisas foram realizadas no período do auxílio emergencial do governo (mesmo com valor reduzido). Conforme o inquérito, apenas 44,8% dos lares tinham seus moradores e suas moradoras em situação de segurança alimentar, em todos eles, a renda estava acima de um salário mínimo per capita. Comprova-se assim que o salário mínimo do governo é de fome. E que, para garantir no mínimo a alimentação adequada das famílias trabalhadoras, seria necessário um valor quatro vezes maior. Os domicílios em que os moradores convivem com a “insegurança alimentar” passaram, de 36,7%, em 2018, para 55,2%, um salto de 54%. Na pesquisa das universidades alemã e brasileiras, o número chega a 59,4%, totalizando 125,6 milhões de pessoas. O estudo revelou uma queda, superior a 40% no consumo de carnes, frutas e queijos, e de 36,8% no de hortaliças e legumes.

Os governos nacional-reformistas do PT se elegeram com a promessa de que todos os brasileiros teriam ao menos três refeições ao dia. Sob a conjuntura econômica internacional favorável, implementaram o Fome Zero, criaram o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome, e conseguiram reduzir a miséria e fome. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a parcela da população que passava fome caiu, de 6,5%, em 2004, para 4,2%, em 2013, o ponto mais baixo até então. Mesmo sem eliminar a fome, o Brasil foi retirado do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU).

Veio a crise econômica, e removeu o esparadrapo reformista. De 2013 a 2018, conforme revelam a PNAD e a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), a fome cresceu 8,0% ao ano. De

2018 a 2020, o aumento da fome acelerou, e chegou a 27,6%. Um salto, em dois anos, de 10,3 milhões, para 19,1 milhões de pessoas.

As regiões que mais concentram os famélicos são a Norte e Nordeste, fruto do desenvolvimento desigual e combinado do país. Pelo inquérito referente a 2020, 60% das famílias viviam insegurança alimentar no Norte (na pesquisa da ULB, UNB e UFMG, 67,7%), e 70% no Nordeste (na pesquisa já mencionada chega a 73,1%), sendo que os casos graves, considerados como fome, chegou a 18,1%, no Norte, e 13,8%, no Nordeste. 7,7 milhões de pessoas viviam com fome, no final de 2020, no Nordeste, certamente a cifra se elevou neste início de 2021, sem auxílio, sem renda e com alimentos com preços incompatíveis com os salários.

Segundo a pesquisa da ULB, UnB e UFMG, 88,2% dos beneficiários do Bolsa Família enfrentam a insegurança alimentar, sendo que, destes, 35% passam fome. Apenas 29,3% das casas com crianças de até 4 anos comem em quantidade e qualidade ideal, enquanto 70,6% vivem algum nível de insegurança alimentar, dos quais 20,5% passam fome. É importante avaliar também que a fome, na primeira infância, traz danos irreversíveis para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Segundo o inquérito, a alimentação precária e insuficiente também atinge mais os lares chefiados por mulheres (11,1% passam fome, enquanto os chefiados por homens totalizam 7,7%). Assim como nas residências habitadas por pessoas pretas e pardas (10,7%, quando nos dos brancos atingiu 7,5%). Mais um retrato da opressão e discriminação sofrida por mulheres e negros. A miséria no campo, envolvendo camponeses, quilombolas, indígenas e ribeirinhos, faz com que 12% dos lares convivam com a fome.

A informalidade e o desemprego também são associados com a fome. Segundo o Inquérito, ela ocorre quatro vezes mais entre domicílios em que a pessoa de referência estava na informalidade, e seis vezes mais se a pessoa estava desempregada. Dados da Pnad Contínua, para o trimestre encerrado em janeiro de 2021, mostram uma extinção de 3,918 milhões de vagas com carteira assinada, no setor privado, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Chegamos a 14,3 milhões de desempregados, 14,2% da força de trabalho, e mais 32,4 milhões de trabalhadores subutilizados, que são 29% da população economicamente ativa. Junto com a perda dos empregos e renda, avança o endividamento das famílias. O Banco Central divulgou que, em dezembro, 31,1% do orçamento das famílias brasileiras estava sendo usado para pagar juros e amortizações de empréstimos, um recorde. O endividamento das famílias também atingiu seu ápice, correspondendo a 56,4% da renda total.

Junto com a fome, muitas famílias sofrem também com a falta d'água, chamada pelos pesquisadores de “insegurança hídrica”. O acesso irregular, ou a falta de água potável, atingiu 40,2%, e 38,4% dos domicílios do Nordeste e Norte, respectivamente, o triplo em relação às outras regiões. O que torna inviável o atendimento à orientação básica de higiene para evitar o contágio do novo coronavírus. A fome tem uma série de consequências, em termos de saúde pública, inclusive para que o organismo consiga resistir a doenças como a do Covid-19. É por isso que defendemos vacinas para todos, mas, com prioridade para os pobres e miseráveis, as maiores vítimas fatais da atual pandemia.

## Não faltam riqueza e alimentos

É escandaloso que um país que produz alimentos suficientes para nutrir sua população e a de outros países tenha esses percentuais de famélicos. O quadro, porém, só confirma que o capitalismo está em desintegração, e a sustentação de suas relações sociais empurra o país e a humanidade para a barbárie social. No mesmo momento em que foi divulgado o aumento da fome no Brasil, a imprensa noticiou que o número de bilionários brasileiros passou, de 45, para 65, em 2020. Enquanto a economia do país caiu 4%, e a renda dos trabalhadores despencou, o patrimônio deles passou, de US\$ 127 bilhões, para US\$ 220 bilhões. Uma síntese, que mostra que quem pagou e continua pagando pela crise são os explorados.

Nos últimos quarenta anos, a produção de alimentos no Brasil cresceu exponencialmente. A colheita de grãos passou, de 50,87 milhões de toneladas, para 257,02 milhões; a produtividade passou, de 1.267 quilos por hectare, para 3.899. O mesmo quadro se repete na produção de carnes. A produção de alimentos, assim como de qualquer outra mercadoria no capitalismo, porém, não é motivada pela satisfação das necessidades humanas, mas sim para ter lucro. Por isso, a produção de alimentos no Brasil é, em grande medida, voltada ao exterior. O país é um dos maiores exportadores de alimentos e matérias-primas de origem agropecuária. Da mesma forma, ainda que a produção de alimentos seja suficiente para alimentar toda a população mundial, dados da ONU divulgados em julho de 2020 indicavam que 690 milhões de pessoas foram afetadas pela fome em 2019. Conforme a BBC noticiou, em janeiro de 2021, estima-se que 54 milhões de pessoas passam fome nos EUA, o país mais rico do mundo.

Voltando ao cenário nacional, as projeções da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) são de um novo recorde na safra de grãos, com 273,8 milhões de toneladas de soja, milho, arroz, feijão, e outros produtos. É importante lembrar que a configuração do latifúndio monocultor voltado à exportação (cujo maior exemplo é a soja) e a expansão das fronteiras para a criação de gado estão intimamente ligadas com a fome, também pela negação da terra aos camponeses, efeito da ausência da reforma agrária.

## Resposta assistencialista: auxílios e campanhas de arrecadação

A burguesia tem viva em sua memória os episódios de nossa história, em que, levados pelo desespero, os famélicos promoveram ondas de saques, sendo um dos episódios mais graves vividos no início dos anos de 1980, junto com a crise da dívida externa. O medo de que os explorados transformem sua revolta em organização independente e consciência está na base da aprovação do auxílio emergencial e do estímulo à filantropia. Segundo a pesquisa da ULB, UnB e UFMG, 63% dos domicílios contaram com o recurso do auxílio para comprar alimentos, de agosto a novembro de 2020. A prioridade na sustentação da dívida pública, e a subordinação de Bolsonaro às oligarquias regionais, levaram à suspensão e encolhimento do auxílio, e

m, 2021. As quatro parcelas, de R\$ 150 a R\$ 375, para apenas 45,6 milhões, é absolutamente insuficiente para aplacar a fome.

Os estados e municípios também têm implementado programas de transferência de renda, auxílios municipais foram uma bandeira de vários candidatos, em 2020. Até o final de março, cerca de um terço dos Estados e oito capitais haviam mobilizado programas de transferência de renda. As configurações variam: parcelas únicas ou mensais, valores de R\$ 100 a R\$ 500, são me-

## Fome

didadas ultrafocalizadas. Doria, de olho no impacto eleitoral dessas medidas, está encaminhando à Assembleia a proposta da “bolsa do povo”, que pode chegar a R\$ 500 por pessoa. Pretende colocar sua marca na unificação e ampliação dos programas sociais existentes, com a elevação do orçamento, de R\$ 600 milhões, para cerca de R\$ 1 bilhão.

A filantropia é outra face da mesma política burguesa. A ação típica das Igrejas e ONGs passou a ter como parceiros os sindicatos e movimentos populares. Durante as eleições, foi possível perceber o uso eleitoral destas medidas. A chamada “revolução solidária” das correntes reformistas se deu ao mesmo tempo em que as direções das centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares suspenderam todas as lutas gerais dos trabalhadores, refugiaram-se no mundo virtual, e renunciaram completamente a encabeçar a luta direta pelos empregos e salários.

## Resposta proletária

O aumento da fome da miséria e fome, assim como a alta mortalidade pelo Covid-19, atestam o fracasso da burguesia em proteger a maioria oprimida. Mostram também que, sem a organização no campo da independência de classe, o Estado descarregou os custos da crise nos ombros dos explorados, tirando tudo de quem já não tinha quase nada. As centrais e sindicatos colaboraram com os patrões, realizando assembleias virtuais, aceitando acordos de brutal redução dos salários, e negociando as demissões.

O Partido Operário Revolucionário tem lutado com todas as forças para romper com o imobilismo. Não há como separar o problema da fome da luta pelos empregos e salários. Não há como superar realmente a fome, sem romper com o capitalismo. Por isso, desde o início da pandemia, denunciamos as centrais por abortarem o Dia Nacional de Lutas, em 18 de março. Era preciso que o dia nacional se transformasse em assembleias populares, para aprovar um plano emergencial de defesa da maioria explorada, e os métodos para impô-lo à burguesia e seu Estado. Atuamos nas portas de fábricas contra o fechamento da Ford e as demissões. Lutamos para quebrar o isolamento das greves da Renault e dos Correios.

Em resposta à fome, é preciso retomar a luta presencial, por meio de comitês e assembleias, nos locais de moradia e trabalho, em defesa de um auxílio emergencial no valor do salário necessário calculado pelas assembleias operárias. O Salário Mínimo Vital deve ser imposto aos capitalistas e seu Estado. Diante da alta inflação, para proteger as famílias trabalhadoras da miséria, é preciso lutar pela escala móvel de salários, com reajuste automático, nada de amargar a queda no poder de compra.

A defesa dos empregos é questão de vida ou morte para os trabalhadores, que as centrais e sindicatos empunham a bandeira de emprego para todos, por meio da escala móvel de horas de trabalho. É preciso rasgar os acordos de redução de salários, e derrubar todas as contrarreformas que estão deixando os trabalhadores completamente desprotegidos diante da exploração capitalista.

O combate à fome é parte da tarefa de erguer uma frente única anti-imperialista, e parar a sangria das riquezas nacionais com o não pagamento da dívida pública. É parte também da tarefa de nacionalizar as terras, garantir a reforma agrária como parte da revolução agrária.

*A luta imediata para acabar com a fome e miséria só pode se dar de forma consequente sob a estratégia própria de poder, o governo operário e camponês, fruto da revolução e ditadura proletárias.*



## Paraná

# Greve dos motoristas do transporte

Motoristas das linhas urbanas de Maringá e Londrina têm feito greves, por causa dos atrasos de salários, durante a pandemia. Agora, em abril, novamente sem salários, os trabalhadores paralisaram as suas atividades.

Londrina e Maringá são as maiores cidades do norte do estado paranaense, e nestas se instalaram grandes capitalistas dos transportes, que monopolizam a exploração desse serviço público, assim como em todo o país. A TCGL/ Londrisul, bem como a TCCC de Maringá, fazem parte do Grupo Constantino, que agora está no comando do Grupo Comporte, controlando dezenas de empresas de transportes em todo país, além da companhia aérea Gol.

O poder destas empresas se foi consolidando ao longo dos anos, ao ponto de impor contratos leoninos – com a cumplicidade de prefeitos e vereadores – às prefeituras, em que se lhes garantem margens de lucro superiores a 10%. Ademais, em Londrina, são eles próprios que elaboram a planilha de custos, controlam a quilometragem rodada e o número de passageiros, sem fiscalização do município. Na prática, eles estabelecem o preço das passagens e, com a colaboração dos sindicatos, chantageiam regularmente para obter aumento das tarifas, justificando o atrelamento do reajuste anual dos trabalhadores à tarifa.

O que se verifica é que a velha tática da chantagem está se atualizando na pandemia, pois, os patrões justificam que a pandemia afetou seus negócios, e querem o auxílio das prefeituras. Em Londrina, por exemplo, soltaram uma nota à imprensa e à comunidade, informando a “triste realidade enfrentada que gerou a impossibilidade do cumprimento do prazo de pagamento dos salários de março de 2021 de seus profissionais.”[...] Mais a frente, complementa que “desde o início da pandemia, “o sistema de transporte coletivo vem sofrendo com a queda brutal da arrecadação, embora as operadoras tenham continuado a manter a prestação dos serviços à comunidade, arcando não somente com os custos do sistema – que é público”[...].

Reclamam que, durante a pandemia, arcaram com todas as despesas, e aumento de insumos, como combustíveis e etc., mas que, agora, sua capacidade financeira teria se esgotado. Por isso, sacrifica a vida dos trabalhadores, cortando os salários, e

recorrerem à greve e arrancarem, mesmo que parcialmente, suas reivindicações indica qual o caminho que os trabalhadores devem tomar para defender suas condições de existência. Mostram também que são os trabalhadores, nos seus postos de

***Contudo, o fato dos trabalhadores recorrerem à greve e arrancarem, mesmo que parcialmente seus reivindicações, indica qual o caminho que os trabalhadores devem tomar para defender suas condições de existência.***

pede à prefeitura que subsidie os custos, pois, o serviço é “público” e “essencial” à população. Só não falaram que exploram (em benefício próprio) o serviço na cidade há mais de 20 anos, e que, durante a pandemia, os ônibus circulam superlotados, sem dar condições sanitárias aos usuários, cortaram diversas linhas, e os motoristas são superexplorados, fazendo de motorista e cobrador, ao mesmo tempo.

A situação de Maringá não é diferente, fazem parte do mesmo esquema. A empresa e o sindicato dos trabalhadores usam a greve para forçar subsídios da prefeitura. Na última tentativa de negociação, a TCCC pediu que a prefeitura comprasse 700 mil vales-transportes, para garantir o equilíbrio financeiro da empresa. Cerca de 20 milhões de reais de subsídio, retirados dos serviços sociais, no meio da pandemia, para ir diretamente ao bolso desses capitalistas. O resultado desse embate foi o esperado, a prefeitura cedeu à exigência, e a greve se encerrou.

Os sindicatos que representam os trabalhadores são dirigidos por burocracias, encasteladas há décadas no comando das entidades, e têm feito o jogo dos patrões, sem qualquer constrangimento. Em fevereiro, quando os motoristas de Maringá paralisaram por atraso nos salários, o sindicato (CUT) saiu publicamente, afirmando que a greve não fora deflagrada pelo sindicato, mas pelos trabalhadores. Não por acaso, nas paralisações deste mês, os sindicatos têm insistido na “responsabilidade” das prefeituras para resolver o problema: música para os ouvidos da patronal.

Contudo, o fato de os trabalhadores

trabalho, e realizando assembleias presenciais, os que têm condições de efetivamente enfrentar os patrões, à diferença das categorias que são obrigadas, ou a ficar em casa, ou a fazer movimentos virtuais.

Este caminho também foi o escolhido pelos motoristas de São José dos Pinhais e Foz do Iguaçu. Em São José dos Pinhais, no dia 13/04, os motoristas e cobradores da empresa SantoTur, pelo mesmo motivo, falta de salários, paralisaram a circulação dos ônibus. No mesmo dia, os trabalhadores do transporte público entraram em greve, em Foz do Iguaçu. Motoristas e cobradores querem a renovação do acordo coletivo, o que inclui o vale alimentação e reajuste salarial. Em todos os casos, os patrões alegam dificuldades financeiras por conta da pandemia, e correm a pedir mais subsídios, além dos que já recebem.

O problema da classe é a colaboração de classes dos sindicatos, que acabam fazendo o jogo dos patrões e das prefeituras, apoiando a reivindicação de mais subsídios, ao invés de exigir que os capitalistas abram a contabilidade para serem auditados pelos trabalhadores. Se os patrões afirmam que estão com dificuldades financeiras e, por isso, não pagam os salários, têm de mostrar a contabilidade para verificar quantos milhões e milhões já embolsaram durante as décadas de exploração à população trabalhadora.

Mais do que nunca, em face do agravamento da miséria e desemprego provocado pela crise capitalista, os trabalhadores devem organizar-se para estatizar sem indenização todo Sistema de Transporte, sob controle dos trabalhadores e os usuários.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
**CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) - [facebook.com/massas.por](https://facebook.com/massas.por)**

**Porto Velho**

## **Prefeitura demite trabalhadores do transporte e ajuda capitalistas do setor, com milhões de reais**

O transporte coletivo de Porto Velho sempre foi um problema sério para os usuários e trabalhadores dos transportes coletivos. Entra e sai prefeito, e os problemas só avolumam. Desde que o prefeito Hildon Chaves assumiu a prefeitura, só tem piorado. No início da pandemia, em 2020, muitos trabalhadores do transporte coletivo foram golpeados pelos patrões, prefeitura e os burocratas do sindicato da categoria, porque perderam seus empregos, com a diminuição da frota nas ruas e a troca das empresas conveniadas à prefeitura. Além da perda do emprego, os trabalhadores, até o momento, não receberam seus direitos, mesmo que a troca da empresa tenha ocorrido há mais de seis meses, em outubro de 2020.

A atual empresa, ao assumir, mudou todo itinerário do transporte coletivo, com a tarifa R\$ 4,05, e com frota reduzida. Os usuários foram obrigados, para não perder o horário de trabalho, a optar por alternativas, como táxi compartilhado, moto táxi e aplicativos. Com isso, os gastos com os transportes aumentaram, durante o último ano.

Para piorar, em fevereiro, o prefeito encaminhou um projeto de lei complementar que foi aprovado, e retira a atividade de cobrador do transporte coletivo, gerando assim mais desemprego, e obrigando toda a população a aderir aos cartões de transporte. Como o governo atua em favor dos capitalistas e não da população, encaminhou outro projeto, em 06 de abril, também aprovado, que concede subsídio de R\$ 6 milhões à nova empresa de transporte coletivo, a Empresa JTP Transportes COM – Porto Velho/ Companhia de Ônibus Municipal). Segundo o prefeito, a intenção é de fomentar a utilização do serviço do transporte público. Assim, a partir do dia 10/04, até o dia 10/05, a tarifa é zero; em maio, junho e julho, a tarifa será R\$ 1,00; agosto a outubro, R\$ 2,00; e,

novembro e dezembro, R\$ 3,00. Apenas a partir de janeiro de 2022, é que a tarifa voltaria a custar R\$ 4,05.

Obviamente, com a aprovação destas medidas, os motoristas de aplicativos, taxistas e demais trabalhadores do setor protestaram, mas sem nenhum êxito. O objetivo do prefeito foi bem claro: diminuir os custos do transporte, com o projeto que demitiu os cobradores, e quebrar os transportes alternativos, para favorecer a “nova” empresa de transporte coletivo.

Isso comprova claramente que o dinheiro público continua sendo um sustentáculo dos lucros das empresas privadas do setor. O subsídio nas tarifas, por quase um ano, demonstra que a prefeitura poderia sim gerir novamente a transporte coletivo, e manter as tarifas em patamar muito inferior ao que é cobrado hoje. O subsídio de R\$ 6 milhões é um roubo contra os cofres públicos, e serve não para a população, e sim para os capitalistas da empresa. Os trabalhadores de aplicativos, os taxistas, que representam um setor mais fraco, serão quebrados, para fortalecer o setor mais forte. Aliás, com o desemprego em massa e as recentes demissões, inclusive, no setor, os trabalhadores foram virar motoristas de aplicativos, vivendo sob a precariedade e os riscos da função. O governo os golpeia duplamente, primeiro, demitindo; depois, ajudando os capitalistas do setor.

Mais do que nunca, a população, os trabalhadores dos aplicativos, os trabalhadores do transporte coletivo devem unificadamente lutar pela estatização do transporte coletivo, sob o controle de quem usa e trabalha. Retirar das empresas capitalistas os lucros por esse serviço público, e retirar das mãos da prefeitura o controle da concessão que ela utiliza a seu bel-prazer, é uma tarefa do momento para barrar o desemprego, e o repasse de milhões para os capitalistas.

## **Denúncia de Trabalhadores: Volks coloca trabalhadores em lay-off, e tira o coro dos demais**

Durante a última distribuição do Boletim Nossa Classe, 13 de abril, na Volkswagen de São Bernardo do Campo, um companheiro se aproximou da grade, onde colocamos os boletins, e denunciou que a multinacional colocou vários trabalhadores em lay-off (em casa, suspensos do trabalho), e que a empresa está tirando o coro dos que continuam trabalhando, na linha de produção. O que o Nossa Classe denunciou está acontecendo. A Volks começou a aplicar o acordo maldito de demissão, negociado e defendido pela direção do Sindicato Metalúrgico do ABC, ano passado. Além de reduzir salários e direitos, o acordo permite o lay-off, e a demissão de 5 mil trabalhadores. O lay-off é a porta para a demissão. A empresa suspende os operários do trabalho, e depois os demite.

Essa foi uma das várias razões pela qual, nós do Boletim Nossa Classe, na assembleia que votou o maldito acordo de demissão, chamamos os operários a rechaçarem a proposta da Volks, defendida pela direção do sindicato. Levantamos a bandeira: empregos não se negociam, defendem-se com a greve, com a ocupação das fábricas. Lutar para impor, por meio da ação direta e coletiva das massas, a estatização, sem indenização, sob o controle operário das fábricas que ameaçam demitir e fechar. Defendemos que o sindicato convocasse a assembleia geral dos metalúrgicos do ABC, para unificar a luta em defesa dos empregos, salários e direitos.

Respondemos ao companheiro, que fez a denúncia e para os

demais operários da Volks presentes, durante a fala que fizemos com a caixa de som, que é necessário organizar a luta para impedir a aplicação do maldito acordo de demissão, lay-off, PDVs, redução de salários e direitos. Que somente os operários podem cumprir essa tarefa. O primeiro passo é organizar grupos de companheiros, dispostos a fazer a luta em todos os setores da fábrica, conversar com todos os trabalhadores, para pressionar e exigir que a direção do sindicato convoque assembleia geral, com todos os trabalhadores da Volks, para revogar o maldito acordo de demissão, e defender o retorno ao trabalho de todos os trabalhadores que estão em casa, colocados em lay-off. Não aceitar nenhuma demissão. Defender todos os empregos. Levantar a bandeira da redução da jornada, sem redução de salário.

Essa é a reivindicação que os operários devem levantar para unificar a luta contra as demissões. Se a direção sindical não convocar a assembleia para lutar contra o lay-off e as demissões, os companheiros não devem se sujeitar à passividade. Devem organizar, no interior da fábrica, uma comissão independente e classista. Será lutando em defesa dos empregos, salários e direitos, contra as demissões e o fechamento de fábricas no ABC, e em todo o país, que os operários da Volks e demais empresas vão passar por cima da direção sindical traidora, e resgatar as comissões de fábricas e os sindicatos para a luta de classes.

## PANDEMIA ESCANCARA A CONTRADIÇÃO INERENTE AO CAPITALISMO

*Cresce a pobreza e a fome, ao mesmo tempo em que aumenta a riqueza dos bilionários*

A lei econômica do capitalismo, que gera pobreza em um polo, e riqueza em outro, e que amplia a contradição entre a fome para milhões de seres humanos e a concentração de riqueza para um ultraminoria, se potenciou durante a pandemia. Uma recente pesquisa apontou que 2.755 bilionários no mundo detêm US\$ 13,1 trilhões, ou seja, cerca de R\$ 73,46 trilhões. Na pandemia, a lista de bilionários foi acrescida de 660 pessoas. Enquanto que milhões foram arrastados para a pobreza extrema.

Essa lei se reproduz nos países semicoloniais. Na fase imperialista do capitalismo, a disparidade social tem sido enorme, e ganhou proporções gigantescas com a pandemia e as consequências da crise econômica. Dados mostram que na América Latina e Caribe, no final de 2020, já atingiam 209 milhões de pessoas pobres, um crescimento de 22 milhões, em relação ao ano anterior. Desse total, 78 milhões estão na condição de pobreza extrema, um aumento de 8 milhões, na comparação com 2019. E as causas se relacionam ao desemprego, subemprego, cortes ou redução de políticas assistenciais, etc.

No Brasil, o número de bilionários passou, de 45, para 65, em 2021. Juntos possuem US\$ 219,1 bilhões, cerca de R\$ 1,2 trilhão. No ano de pandemia, essa riqueza concentrada subiu 71%, em comparação a 2019, que era de US\$ 127,1 bilhões. Entre os bilionários, estão a família de banqueiros Safra, Jorge Paulo Lemann e família (AB InBev), André Esteves (Pactual), Eduardo Saverin (Facebook) e Luiza Trajano (Magazine Luiza). O crescimento de riqueza contrasta com o avanço exponencial da fome e miséria. A pesquisa sobre “insegurança alimentar” chegou a 55% da população. A pandemia jogou, na já volumosa lista de condenados pela fome, mais 19 milhões de brasileiros, enquanto incluiu, na restrita lista, 20 bilionários.

## Rio Grande do Norte tem 28,8% da população em situação de extrema pobreza

Segundo a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (Sethas), a partir de dados extraídos do Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal, cerca de um milhão de potiguaras está na extrema pobreza, sobrevivendo com até R\$ 89,00 por mês, o que corresponde a 28,8% da população do estado, que possui cerca 3,5 milhões de habitantes. Ainda, segundo esses dados, cerca de 149 mil vivem em situação de pobreza, com renda mensal entre R\$ 89 e R\$178, por mês.

O enorme crescimento da extrema pobreza, antes de tudo, se explica pelas condições sociais catastróficas, fruto do agravamento da crise econômica pela pandemia, o que implicou o aumento do desemprego, redução do consumo e aumento do custo de vida. A gota d'água se deu no início deste ano, com a interrupção do mísero auxílio emergencial de R\$ 600. O retorno do auxílio emergencial de forma extremamente restrita e reduzida, não reverterá tamanha tragédia social.

O capitalismo acentua cada vez mais suas contradições. A pequena burguesia arruinada, rural e urbana, é um poço de insatisfação, que, a qualquer momento, pode explodir. Cabe às direções sindicais e populares organizarem a luta dos explorados pelos empregos, salários, moradia e saúde pública. É preciso romper a passividade imposta pelos burocratas que controlam os sindicatos e movimentos.

O Boletim Nossa Classe RN vem trabalhando no sentido de transformar o descontentamento latente dos trabalhadores em ações coletivas, organizadas. Tem exigido que os sindicatos convoquem as assembleias presenciais, constituam os comitês de base e organizem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações presenciais. Faz campanha para que o 1º de Maio seja classista, de luta. Que seja o ponto de partida para unificar os explorados nas ruas, por suas reivindicações.

## Tudo pronto para a privatização dos Correios Organizar a luta nacional imediatamente

Com a crise econômica e pandêmica se aprofundando no Brasil, empurrando ao crescimento PIB para baixo, o governo Bolsonaro/Guedes se volta para a privatização das estatais. A Empresa Brasileira de Correios (ECT), através do decreto nº 10.674, publicado no DOU do dia 13 de abril, coloca à venda o controle acionário da empresa e a concessão dos serviços postais de envio de cartas, impressos, encomendas e telegrama.

Com a privatização, estima-se que

serão demitidos mais de 99 mil trabalhadores. Diante mais essa tragédia, os sindicatos não podem ficar passivos a mais esse ataque do governo Bolsonaro/Guedes. Mas não é isso que se passa. No boletim da CUT, de 14 de abril, há somente o lamento de que “Bolsonaro quebrou sua promessa de campanha de 2018 somente para conseguir votos”. Nada mais. Os trabalhadores dos Correios não podem permitir que essa direção fique apenas se lamentando. É preciso organizar a luta nacional con-

tra o desmonte dos serviços públicos. Exigir que os sindicatos e federações ecetistas convoquem imediatamente as assembleias presenciais para responder à privatização.

A luta por emprego, salário, saúde pública e contra as privatizações é urgente. Somente através dos métodos próprios da classe operária, que são a greve, as manifestações de rua, os piquetes e as assembleias presenciais, poderemos barrar a sanha privatista de Bolsonaro/Guedes.



## **Cresce o trabalho intermitente durante a pandemia**

O levantamento feito pela Confederação Nacional das Indústrias – um organismo patronal – revela que, das 523 empresas do setor pesquisadas, 15% já utilizaram a modalidade de trabalho intermitente. Essa modalidade de trabalho foi implantada pela reforma trabalhista de Michel Temer. Esse tipo de contratação é nefasto para os trabalhadores. A jornada de trabalho é incerta, não há salário fixo, está sujeito a receber menos que o salário mínimo de fome do governo, não possui o direito ao piso salarial da categoria que está atuando, e o trabalho é esporádico. Como se vê, é a precarização máxima das condições de trabalho e salário.

Os patrões justificam a utilização do trabalho intermitente por causa das instabilidades surgidas em função da pandemia. Segundo o estudo, 45% das empresas disse ter ampliado o uso desse tipo de contrato durante a crise sanitária. Outras 44% mantiveram os contratados nessa modalidade. Certamente, esse é mais um recurso do patronato para se proteger da crise econômica.

Não basta denunciar e lamentar. O caminho é a luta coletiva. Derrubar essa forma precarizada de trabalho significa combater a reforma trabalhista, que vem sendo implantada desde 2017.

## **Rondônia**

# **DERROTAR O PLANO REPRESSIVO DO GOVERNADOR E GRILEIROS, DE EXPULSAR OS CAMPONESES POBRES**

## **Que os sindicatos e movimentos organizem a luta coletiva presencial**

Marcos Rocha, governador do estado de Rondônia, juntamente com grileiros latifundiários locais, montou uma operação violenta para reintegração de posse de terras ocupadas por camponeses pobres. A operação de guerra, que teve início no final de março, levou o nome de “Paz no Campo”. As ações policiais têm como objetivo perseguir, prender e torturar os acampados. Quando os camponeses procuram se autodefender, desfecham uma brutal violência.

Um desses acampamentos, na terra da fazenda Vilhena, uma área pertencente à União, conta com 77 famílias, que estão no local há 15 anos, lá construíram moradias e cultivam o sustento. Dentre essas reintegrações, está também a fazenda Nossa Senhora Aparecida, atual acampamento Manoel Ribeiro, última parte da fazenda Santa Elina, em Chupinguaia, próxima ao município de Corumbiara, onde ocorreu o “Massacre de Corumbiara”, em 1995. Os camponeses foram surpreendidos com aparato de guerra, para defender

o grileiro latifundiário. O comando da operação foi assegurado pelo próprio secretário de Segurança do estado, o coronel José Hélio Cysneiros Pachá, que estava entre os oficiais da PM, que comandou em 1995 os assassinatos e torturas no massacre de Corumbiara da fazenda Santa Elina.

Mesmo com o cerco policial no acampamento, os camponeses estão resistindo bravamente. No entanto, a resistência continua isolada. O gover-

nador, grileiros e latifundiários aproveitam o isolamento e pouca capacidade de autodefesa para desfecharem toda sorte de pressão, desde a detonação de bombas de efeito moral, de gás lacrimogêneo, de pimenta, fogos de artifício e balas de

borracha. Amedrontam com sobrevoos de helicóptero e tentativas de invasão por várias vezes, para acionar o despejo das famílias.

Diante do agravamento da situação, mais de 50 entidades assinaram uma “Moção de Apoio” junto à Comissão Pastoral da Terra, e acionaram uma ação na Justiça, que suspendeu a ação de despejo da operação “Paz no Campo”.

A militância do Partido Operário Revolucionário trabalha pela vitória da luta dos camponeses pobres pela terra, mostrando aos companheiros lutadores que não devemos confiar na justiça burguesa. E exigindo que as direções sindicais e camponesas rompam com a política burguesa do isolamento social, e convoquem manifestações de rua. Somente com os métodos próprios dos explorados é possível enfrentar os latifundiários, grileiros e governantes.

**Mesmo com o cerco policial no acampamento, os camponeses estão resistindo bravamente. No entanto, a resistência continua isolada.**

Adquira com o distribuidor de Massas:

# **SOCIALISMO OU BARBARIE**

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

**R\$ 35**



## Rio de Janeiro

# Aprovada a reforma da previdência, mais uma traição das direções sindicais

Depois de um adiamento, devido à denúncia de assassinato do menino Henry, pelo vereador miliciano Dr. Jairinho, a Câmara do Rio de Janeiro aprovou, em duas sessões, a reforma da Previdência, que passa a alíquota de desconto dos salários dos servidores municipais, de 11%, para 14%. A votação foi apertada nas duas rodadas de votação, 23 votos a favor, e 22 contra.

Esse novo e duro golpe que os servidores do Rio terão de amargar se insere no quadro mais geral de ataques que a classe operária e demais trabalhadores vêm enfrentando no último período. Para citar alguns, as contrarreformas trabalhista e previdenciária (federal), o congelamento com gastos sociais por 20 anos, as leis que permitem e ampliam a terceirização e, com a pandemia, a MP 936, que reduz salários e suspende contratos, e a PEC emergencial (EC 95), que congela os salários por 15 anos, colocando os servidores como financiadores do auxílio emergencial miserável, proposto pelo governo e aprovado no Congresso. É certo que a crise que o país atravessa deixará profundas marcas nas costas dos trabalhadores em geral, não seria diferente com os servidores públicos. Ainda paira no horizonte próximo a reforma administrativa.

O governo Eduardo Paes/DEM, bolsonarista ou lulista, de acordo com a conveniência do momento, se mostra como um típico governo burguês, que, diante da crise, não hesita em despejar o ônus sobre os explorados. Isso não deveria ser surpresa para ninguém, a não ser para o PSOL, que chamou voto em Paes, na última eleição, sob o pretexto de retirar o bolsonarista Crivella. A realidade é a mãe da verdade, e agora é possível ver claramente que, tanto um quanto outro, não possuem diferenças de essência, como quis fazer parecer o PSOL, ambos coincidem na diretriz geral de ataque aos direitos dos trabalhadores. A ação psolista não deve ser caracterizada por menos que uma traição.

A política burguesa do isolamento social fracassou em todo o país. A bandeira vazia agitada pelos reformistas, de que os trabalhadores deveriam ficar nas suas casas e confiar que a burguesia, através de seus governos, cuidaria da vida das massas, foi um dos maiores engodos sobre a classe operária e demais trabalhadores na história do país. Em especial no serviço público, onde muitos foram colocados em home-

office. As direções do movimento sindical, estudantil e popular acataram essa determinação. Fecharam as portas dos sindicatos, e passaram a defender a união nacional contra o suposto inimigo comum, o vírus. Na lógica limitada dos dirigentes, ações massivas ferem o acordo feito com a burguesia de evitar aglomerações a qualquer custo, mesmo que o custo seja a perda de direitos. A bandeira de “Salvar Vidas”, levantada pelas direções reformistas do PT, PCdoB, PSOL e satélites, passou da hipocrisia à completa falsificação da realidade, diante do crescimento das mortes sob essa política.

O essencial está em compreender que, numa sociedade de classes, as determinações científicas e corretas, como o isolamento para conter a disseminação viral, não são possíveis de serem aplicadas. No capitalismo em decomposição, os rumos de uma crise só podem ser determinados por uma classe ou outra. A conciliação de classes é a sentença de morte aos mais pobres. Neste cenário, foi o poder econômico que determinou as ações contra a pandemia, em essência ações para salvar os capitalistas. Os trabalhadores ficaram passivos, sem uma ação coletiva, classista e independente.

A votação da reforma da Previdência municipal comprovou novamente essa tese. A aprovação, com diferença de apenas um voto, se deu sob a paralisação completa dos servidores. Apenas atos simbólicos foram realizados na frente da Câmara, cada um reunindo, no máximo, 20 pessoas. As direções sindicais se colocaram como responsáveis pela derrota, ao não mobilizar os servidores e demais trabalhadores para uma ação massiva e combativa. É muito provável que o resultado da votação fosse outro, caso houvesse resistência dos trabalhadores para barrar mais esse ataque contra suas condições de vida.

Cabe aos trabalhadores com consciência de classe realizar um severo balanço de suas direções nesse período e, combater, desde o campo classista e revolucionário, a conciliação de classes levada a cabo pelos atuais dirigentes. É tarefa do movimento sindical, estudantil e popular superar essas direções e se lançar à luta com independência política. O ponto de partida é a criação de uma fração revolucionária dentro dos sindicatos. O Partido Operário Revolucionário se coloca inteiramente ao lado dos trabalhadores para a realização desta tarefa.



Adquira com nosso distribuidor

**30 anos construindo  
o Partido Operário  
Revolucionário (POR)**



**Ceará**

## **Aprovada reforma da Previdência em Fortaleza**

Por ampla maioria de votos (30 contra 11), a Câmara Municipal aprovou o texto base da reforma previdenciária do município de Fortaleza. Poucas emendas serão discutidas agora.

Entre as regras aprovadas estão: a) aumento da alíquota de desconto previdenciário, de 11%, para 14%; b) sua extensão aos aposentados e pensionistas; c) ampliação da contrapartida da prefeitura, de 22%, para 24%; d) mudança das regras para o benefício das pensões (ao invés de 100% do valor da aposentadoria, os beneficiários receberão apenas 50% + 10% para cada dependente, e 15% se a aposentadoria for por invalidez; e) aumento da idade mínima, adaptando-se às regras da EC 103, e passando, de 60 para 65 anos (homens), e de 55 para 62 anos (mulher); f) manutenção da aposentadoria especial dos professores, porém, com aumento no tempo de contribuição/idade (30 anos de contribuição + 60 de idade (homem) e 25 anos de contribuição + 57 de idade (mulher)); g) os que receberem acima do teto do INSS (R\$ 6.430,00) terão desconto extra, sobre o valor excedente, que irá para o regime de Previdência complementar; h) criação do sistema de capitalização para novos servidores que ingressarem depois da reforma; i) valor da aposentadoria, sendo de apenas 60% da média dos 90% maiores salários, acrescido de contribuição de 2% para cada ano que ultrapassar o tempo mínimo de 20 anos de contribuição – mudança que extingue a possibilidade de se aposentar com o último salário da ativa; j) fim da paridade de cálculo de reajuste dos servidores da ativa e inativos.

***A brutal retirada de direitos, contudo, ainda não atingiu os salários dos professores, mas este, brevemente, sofrerá também com as medidas futuras de arrocho. Que os trabalhadores em educação retomem o caminho da luta!***

Além da reforma da Previdência propriamente dita, a prefeita aproveitou para avançar sobre direitos estatutários dos servidores, como fim das férias de janeiro (transformada em recesso de 15 dias), licença prêmio (reduzida de 3 para 1 mês de licença a cada 6 anos trabalhados, anuênio de 1% apenas para servidores que completarem 25 anos de serviço).

A reforma da Previdência municipal, como se pode ver, inclui elementos de reforma administrativa, e introduz o sistema de capitalização; trata-se, portanto, de uma reforma previdenciária ainda pior que a de Bolsonaro, em 2019. A aprovação da maldita reforma tem mostrado que, malgrado as divergências entre os partidos burgueses, a unidade se impõe, quando se trata de destruir direitos e rebaixar as condições de vida do funcionalismo. Na Câmara Municipal, parte da base de oposição de direita (ligada ao Dep. Capitão Wagner/PROS) votou com os Ferreira Gomes/PDT.

A prefeitura tentou justificar a reforma, alegando ora o suposto déficit nas contas do IPM, ora a pressão do governo Federal, impossibilitando estados e município de receberem verbas voluntárias da União, e empréstimos ligados à administração federal, enquanto não realizassem mudanças em seus regimes próprios. Em ambos os casos, a farsa foi desmascarada. Restou

a Sarto aprovar assim mesmo a reforma com ajuda da reacionária bancada evangélica e policial.

Os sindicatos de servidores (Sindifort, Sindiute, Sindi-Saude, etc.), que já limitavam as atividades presenciais e ato de rua contra a reforma, recuaram completamente, com o agravamento da contaminação e os decretos de lockdown do governador Camilo Santana/PT. As campanhas e ações passaram a ser 100% via redes sociais. Os próprios vereadores deixaram de lado as reuniões presenciais (incluindo das comissões especiais na Câmara), e passaram a ditar o ritmo da aprovação em suas casas, em sessões virtuais. As condições para a resistência do funcionalismo ficaram cada vez mais restritas. A burocracia sindical se livrou da possibilidade de pressão da vanguarda militante e de um setor de base por atos de rua. Pôde tranquilamente reunir-se virtualmente com representantes da prefeitura, e negociar as poucas migalhas que estes ofereciam.

As medidas de ataque do governo Sarto/PDT impuseram a pior derrota ao magistério municipal em toda sua história. Nunca se viu retrocesso tão profundo. A brutal retirada de direitos, contudo, ainda não atingiu os salários dos professores, mas este, brevemente, sofrerá também com as medidas futuras de arrocho. Que os trabalhadores em educação retomem o caminho da luta! Que construam uma oposição classista e combativa e aprendam, pela própria experiência, que não há vitória senão através da unidade geral dos trabalhadores contra os duros golpes dos capitalistas e seus governos (expressão da decomposição capitalistas), com base na ação direta e de massa.

**Sarto foi eleito com ajuda do PT, PCdoB e das direções sindicais**

A reforma da Previdência, que agora ataca com vigor o funcionalismo municipal, há muito vem sendo aprovada em estados e municípios. Os governos FHC/PSDB e Lula/PT foram os primeiros em aprovar medidas de ataque à aposentadoria dos servidores e magistério. FHC introduzia a idade mínima, e Lula inaugurou a contribuição de inativos. O POR, que lutou todos esses anos contra as reformas previdenciárias, denunciou que, tanto os partidos burgueses como PT/PCdoB, implantavam as malditas reformas, que destruíam a Previdência pública. Assim ocorreu, quando Camilo Santana/PT aprovou sua duríssima reforma, ainda no final de 2019.

Sarto/PDT haveria de fazer a mesma coisa em âmbito municipal. PT e PCdoB sabiam que ela estaria entre as primeiras medidas do candidato a prefeito. As direções sindicais do Sindiute, Sindifort, Sindisaúde, Sinasce e Cia. sabiam igualmente, mas tiveram de calar-se, ao declarar apoio ao candidato dos Ferreira Gomes. Agora, lamentam, criticam e resmungam o fato consumado.

Sarto conseguiu mais facilmente implantar sua reforma, porque as direções colaboracionistas já haviam preparado, por dentro do movimento, condições políticas das mais propícias. O POR chama os trabalhadores a não confiarem nestas direções sindicais, a não seguirem a política de conciliação de classes, mas a confiar em suas próprias forças e capacidade de mobilização.



# Campanha do Boletim Nossa Classe contra o fechamento da LG e fornecedoras

## Distribuição do Boletim Nossa Classe na LG e Blue Tech, no dia 15 de abril

Os operários da LG estão em greve e fazem, na porta da fábrica, uma vigília. Os militantes encontraram cerca de 50 grevistas, o vice-presidente do sindicato, Uchôa, o Secretário-Geral, e outro diretor. Apresentamo-nos como militantes do POR. Informamos sobre a campanha que o Partido está fazendo contra o fechamento das fábricas. Perguntamos qual era a situação da greve, sobre as ações que estavam organizando. Informaram que no dia 16/04 haverá julgamento do dissídio de greve, pedido pela empresa. Que, nesse dia, pela manhã, farão uma marcha com todos os trabalhadores da LG, pelo centro da cidade. Perguntamos se a marcha da LG seria unificada com os trabalhadores da Sun Tech, 3C e Blue Tech. Informaram que iriam convidar a direção do sindicato de São José. Ficou claro, que a dita unidade anunciada na segunda-feira, pelas direções da Conlutas e CUT, na assembleia da LG, era só de palavras.

A greve na LG é passiva. Não tem comando, nem piquete de verdade tem a greve. A guarda patrimonial é quem controla quem entra e sai da fábrica. Percebemos vários trabalhadores entrando de carros, sem nenhum controle da direção sindical. Um dos diretores informou que houve briga no dia anterior, entre os 700 trabalhadores da fábrica de produção de celulares, e os 300 trabalhadores da unidade de CRC Center, que está ao lado, no mesmo terreno, e não estão ameaçados de demissão. Os 300 querendo trabalhar. Os 700 pressionando para que a luta seja conjunta, para que não retirem peças do setor de produção. A direção negociou com o setor de produção, e deixaram 4 trabalhadores do setor de produção trabalhando. A direção do sindicato de Taubaté coloca todas suas fichas na via jurídica, julgamento legal da greve, e na conciliação, procurando fazer um acordo de indenização, e permitir o fechamento da LG, como aconteceu com a Ford.

Depois, os militantes foram para a fábrica Blue Tech, em Caçapava, dirigida pela Conlutas. Ao chegar na fábrica, fomos parados por dois diretores do sindicato, que nos perguntaram quem éramos. Apresentamo-nos como militantes do POR. Informamos sobre nosso apoio à luta. Mostramos o boletim Nossa Classe. Levaram-nos até o piquete, onde estavam cerca de 50 companheiras. Distribuímos o boletim a todas. Receberam

bem, e agradeceram pelo apoio. Conversamos com um dos diretores responsáveis pelo piquete. Informamos que estávamos vindo da LG de Taubaté. Perguntamos se eles participariam da marcha, que seria realizada sexta-feira, pelos trabalhadores da LG. Surpresos, nos informaram que, se fossem convidados, participariam.

Deixando claro, mais uma vez, que não havia nenhuma unidade na luta contra o fechamento da LG e as fábricas fornecedoras. Informaram que a metade dos trabalhadores estava em um ato, junto com os trabalhadores da 3C e Sun Tech, no centro de São José dos Campos. Que a outra metade havia ficado na fábrica no piquete. O diretor, que havia dado uma lida rápida no boletim, falou que não havia gostado da cobrança que fazíamos em uma das notas as centrais sindicais. Segundo ele, deveríamos cobrar da CUT, porque a Conlutas era diferente. Que, eles, por exemplo, estavam organizando o piquete, que querem a unidade da luta dos trabalhadores da LG, e as empresas terceirizadas, etc. Respondemos, então, que a luta contra o fechamento das fábricas necessita da constituição de uma frente única de luta nacional. Que as centrais sindicais devem convocar um dia nacional de luta, para levantar um programa de emergência da classe operária. Que a luta contra o fechamento da LG e demais empresas terceirizadas é uma luta de toda a classe. Que, frente ao fechamento de fábricas, é necessário defender a ocupação das fábricas, e a luta pela estatização, sem indenização, sob o controle operário. Defendemos a nota do boletim, em que fazemos o chamado para que as centrais sindicais convoquem um 1º de Maio classista, unificado e presencial. Houve acordo por parte do diretor, sobre a necessidade constituir uma frente única nacional de luta. No final, pediu para tirar uma foto de apoio à luta, e nos passou seu contato para informar sobre as ações e atividades da greve.

As marchas e atos separados realizados pelo Sindicato de São José e Taubaté e a negação a defender a ocupação das fábricas e os métodos de ação direta demonstram, na prática, a política de conciliação e corporativista, comum a ambas as burocracias, reformista e de esquerda.

*Reproduzimos na sequência o Boletim que foi distribuído*

### Política Operária

## Greve unificada contra o fechamento da LG Importante passo na luta pela estatização, sem indenização

A greve na LG de Taubaté fortalece a greve na Sun Tech, de São José dos Campos, e Blue Tech e 3C, de Caçapava. A posição unificada do Sindicato Metalúrgico de Taubaté e do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos foi um passo necessário na dura luta contra o fechamento de fábricas. Trata-se, agora, de manter essa unidade a todo o custo. O melhor teria sido se a manifestação conjunta tivesse aprovado um comitê unificado, para comandar o movimento. É importante que operários de

base participem do comando único.

A greve deixou de ser das fábricas de São José dos Campos e Caçapava, para se estender à LG, por onde começa o fechamento e a destruição de centenas de empregos. É preciso ter claro que o fechamento de uma fábrica atinge toda a classe operária. Assim, a greve unificada deve recorrer ao apoio dos demais trabalhadores da região. Os sindicatos dos metalúrgicos de Taubaté e São José dos Campos podem fortalecer a luta, convocando a assem-

bleia geral em suas bases.

Os metalúrgicos da LG e das fábricas de componentes têm de evitar o isolamento em relação aos demais metalúrgicos e, inclusive, exigir o apoio dos sindicatos de outros ramos de produção. Sabemos que os operários de importantes fábricas, como a GM, Embraer e a Ford, que está sendo fechada, vêm sendo golpeados. É hora de organizar um movimento mais

amplo, em defesa dos empregos.

A greve unificada não definiu claramente a luta pelo não fechamento, e a favor da estatização, sem indenização. É preciso que uma nova assembleia unificada deixe clara a rejeição ao fechamento da LG e às negociações em torno às indenizações. O objetivo tem de ser o não fechamento da fábrica. Para isso, é necessário levantar a bandeira unificada

de estatização, sem indenização, e controle operário da produção. Tudo indica que o sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos está disposto a ir por esse caminho.

*O Boletim Nossa Classe defende que a greve unificada não deixe de discutir a necessidade da ocupação das fábricas, para que a luta seja decididamente contra o fechamento e pela preservação dos empregos.*

## **Cobrar responsabilidade das centrais sindicais**

O fechamento da Ford e, agora, da LG, não são casos isolados. Desde a recessão de 2015-2016, ergueu-se uma onda de fechamento de fábricas. Com a pandemia, a destruição maciça de postos de trabalho se estendeu para o comércio e serviços.

Há algum tempo, se fala em desindustrialização do Brasil. As crises econômicas conduzem a demissões em grande escala. É nessas situações, que inúmeros capitalistas abrem falência, via de regra, os pequenos e médios. As multinacionais se protegem com o capital acumulado e o apoio dos Estados imperialistas. A Ford não quebrou, apenas decidiu pelo encerramento da fabricação de seus carros no Brasil, para concentrar em outras partes do mundo. A Mercedes encerrou uma de suas plantas, de forma a racionalizar a sua produção. Tudo indica que seja certa a informação de que a indústria automobilística como um todo está se reorganizando mundialmente, para proteger seus lucros. Podemos esperar novos fechamentos de fábricas no setor automobi-

lístico, cuja repercussão na cadeia produtiva é violenta.

E o que têm feito as centrais sindicais para defender os empregos e salários? Absolutamente, nada! O caso do fechamento da Ford é um dos exemplos mais contundentes da passividade das direções sindicais. O fechamento da LG, como se vê, é parte do problema maior, que se tem chamado de desindustrialização do Brasil.

Cabe à assembleia unificada dos sindicatos metalúrgicos de Taubaté e São José dos Campos, vinculados à CUT e à CSP-Conlutas, exigir que as centrais organizem imediatamente um movimento contra o fechamento de fábricas, e pela defesa dos empregos. Que se coloquem pela estatização, sem indenização, e pelo controle operário da produção.

*O Boletim Nossa Classe vem defendendo que as centrais rompam com a política de colaboração de classes, saiam da passividade, e organizem imediatamente o movimento nacional pelos empregos e salários.*

## **É preciso lutar contra as privatizações**

Bolsonaro, Guedes e o Congresso Nacional acabam de privatizar 12 aeroportos, em várias partes do país. Estão em andamento as privatizações de refinarias da Petrobrás, a Eletrobrás e os Correios. A privatização de setores chave aumenta a desnacionalização, e fortalece o controle do capital imperialista sobre a economia do Brasil. A resistência isolada dos petroleiros, dos eletricitários e dos ecetistas não tem conseguido quebrar a ofensiva privatizante do governo antinacional e antipopular de Bolsonaro.

A pergunta é: por que as centrais sindicais não se unem con-

tra as privatizações, e organizem um movimento de apoio aos trabalhadores das estatais em luta? A mesma pergunta se faz em relação à onda de fechamento de fábricas e demissões. Não vemos as centrais passarem, do palavreado contra as privatizações e contra a desindustrialização, para a ação concreta.

*O Boletim Nossa Classe denuncia a passividade das direções sindicais diante do entreguismo de Bolsonaro. E luta para que rompam essa inércia e organizem a resistência coletiva, massiva, em todo o país, contra as privatizações e fechamento de fábricas.*

## **Por um 1º de Maio, classista, unificado e presencial!**

*Por um 1º de Maio que aprove um plano de emergência próprio dos trabalhadores! Por um 1º de Maio que sirva para recuperar as forças sociais da classe operária!*

Pelo segundo ano consecutivo, não teremos um 1º de Maio com manifestações em todo o país. As centrais vão repetir o 1º de Maio virtual do ano passado. A justificativa da pandemia não passa de uma muleta. A imensa maioria dos trabalhadores está trabalhando, enfrentando os transportes coletivos superlotados, e sofrendo diariamente a contaminação e mortes. Se a realidade fosse outra, com a imensa maioria ficando em casa, então, as direções sindicais teriam um argumento verdadeiro. Mais ainda, se a maioria ficasse em casa, continuasse com seus empregos, e os desempregados e subempregados recebessem um auxílio emergencial equivalente às suas necessidades reais, a justificativa seria então convincente. Poderiam dizer que o isolamento social aplicado pelos governantes da burguesia estava de fato sendo efetivo no combate à pandemia. Mas não é isso que está acontecendo: a população trabalhadora continua morrendo aos montes, o desemprego avança, e a fome prolifera. Não há outro caminho para os explorados, a não ser recuperar suas forças so-

ciais, lutando em sua própria defesa.

Os trabalhadores precisam chutar essa muleta das direções sindicais. Devem dizer: queremos um 1º de Maio presencial, de luta, e que sirva para organizar um movimento pelo programa emergencial próprio dos explorados. Não queremos a impostura do 1º de Maio virtual. Queremos um 1º de Maio que mobilize a classe operária e demais explorados, para que tomem em suas próprias mãos a luta contra a pandemia e as consequências da crise econômica.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a lutarem por este programa de emergência: a) vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis; b) plano de vacinação, sob a vigilância operária e popular; c) quebra das patentes das vacinas e remédios; d) intervenção do Estado no sistema privado de saúde, nas indústrias de fabricação de oxigênio e de remédios; e) controle do SUS, do Instituto Butantan, da Fiocruz e da indústria químico-farmacêutica, pela classe operária; f) controle das medidas de

isolamento social pelas organizações operárias e populares, para que não haja demissões, redução salarial e perdas de direitos; g) auxílio emergencial no valor de um salário, calculado pelas assembleias, de acordo com as necessidades reais da família tra-

balhadora; h) reabertura das fábricas fechadas, por meio da estatização sem indenização, e controle operário da produção; i) readmissão de todos os que foram demitidos durante a pandemia; j) plano de obras públicas, voltado a criar milhões de empregos.

O Boletim Nossa Classe distribuído na fornecedora da LG, no dia 9 de abril

### Política Operária

## Confirmado o plano de fechamento da LG

### Não ao fechamento de fábricas! Em defesa dos empregos e salários

O fechamento da LG (Taubaté) levará também ao fechamento da Sun Tech (São José dos Campos), Blue Tech e 3C (Caçapava). O fechamento de uma fábrica multinacional afeta, inevitavelmente, a cadeia produtiva. Acarreta a destruição de postos de trabalho em série. No caso dos trabalhadores da LG, envolve o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. É preciso, portanto, que os dois sindicatos se reúnam e tirem uma só posição, voltada à defesa dos empregos e salários.

Diante do fechamento, só tem duas alternativas: 1) lutar pela continuidade da produção e dos empregos; 2) negociar com os capitalistas uma indenização. No primeiro caso, é necessário que os sindicatos organizem a ocupação das fábricas, para estabelecer o controle operário da produção, e para exigir do governo a estatização da LG, sem indenização. No segundo caso, as direções sindicais aceitam o fechamento, e iniciam a

negociata pelas indenizações, o que acabará sendo resolvida na Justiça do Trabalho, que serve ao patronato, e não aos trabalhadores. É o que acaba de acontecer com o fechamento da Ford, em Taubaté.

A greve com a ocupação da fábrica é o meio que temos para defender os empregos. Trata-se de um caminho que exige união dos trabalhadores, e muita disposição de luta pelos empregos. E exige que as direções sindicais sejam firmes na defesa da manutenção da produção. Os dois sindicatos têm a obrigação de unir os metalúrgicos de Taubaté, São José dos Campos e Caçapava. Devem convocar assembleias para aprovar um plano de greve com ocupação, e a campanha pela estatização da multinacional sul-coreana LG.

*O Boletim Nossa Classe fará campanha de apoio ao movimento pela manutenção dos empregos e pela estatização sem indenização da multinacional.*

## A responsabilidade da CUT e da CSP-Conlutas

### Que as centrais sindicais organizem imediatamente uma campanha nacional pelos empregos e salários

O Sindicato Metalúrgico de Taubaté pertence à CUT, e o Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos pertence à CSP-Conlutas. Assim, as duas centrais têm o dever de organizar uma campanha contra o fechamento de fábricas. Nada de se limitarem às denúncias virtuais nas redes sociais. Nada de enganação com os "atos simbólicos". E chega de ficarem correndo atrás de deputados, para que façam discursos demagógicos.

O fechamento de fábricas, as demissões, o avanço do subemprego e o alastramento da fome exigem que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem assembleias por todo o país, e organizem manifestações de massa. Os capitalistas estão aproveitando a pandemia para fecharem fábricas, demitirem e rebaixarem salários. Aproveitam da passividade das organizações operárias e populares, para descarregarem a crise do capitalismo

sobre a classe operária e demais trabalhadores.

A CUT e a Conlutas devem romper a passividade e convocar todos os sindicatos e movimentos a saírem em defesa dos empregos na LG e nas fábricas que produzem seus componentes. Que rechacem o acordo de indenização com a Ford. E que unifiquem a luta da LG, Sun Tech, Blue Tech, 3C e Ford pela estatização, sem indenização, com controle operário da produção. A classe operária não pode aceitar nenhum fechamento de fábrica. Não pode aceitar que destruam postos de trabalho. Não pode fechar os olhos para o gigantesco exército de **desempregados**.

*O Boletim Nossa Classe denuncia a passividade das direções sindicais, e defende que organizem a luta nacional pelos empregos e salários.*

**PÔR EM PÉ O PARTIDO  
MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA  
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



**R\$ 35**

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DE MASSAS



## **Sob a pandemia, os explorados estão sendo sacrificados Recuperar as forças sociais da classe operária e demais oprimidos**

O Boletim Nossa Classe, desde o início da pandemia, em março do ano passado, defendeu que as centrais, sindicatos e movimentos se mantivessem ativos, e continuassem a organizar a luta coletiva. Que os sindicatos não fechassem suas portas. Que não aceitassem nenhuma medida dos governos, que atingissem os empregos e os salários. Que mobilizassem os trabalhadores, a cada ataque dos capitalistas e seus governantes.

O Boletim Nossa Classe defendeu e trabalhou para que as organizações sindicais e populares não deixassem a proteção dos explorados, dos pobres e miseráveis, nas mãos da burguesia e dos governantes. A experiência mostrou que o fechamento das portas dos sindicatos e a negação da luta coletiva, direta, dos explorados, serviram para os capitalistas fecharem fábricas, demitirem e aumentarem a miséria e a fome.

O argumento das direções sindicais, de que os trabalhadores não deviam sair às ruas, protestar nos bairros e bloquear avenidas, serviu para ocultar a sua própria política de colaboração de classes, e de submissão a qualquer medida da burguesia

e de seus governantes. O resultado foi que os governantes não controlaram a pandemia. Estamos caminhando para 400 mil mortes. Os hospitais estão superlotados. Centenas de contaminados estão morrendo nas filas. Faltam remédios. E a vacinação está sendo feita a conta-gotas. O novo auxílio emergencial é uma migalha. As organizações da burguesia recorrem ao assistencialismo, sem que nada disso estanque o aumento da miséria e da fome.

Só há uma saída para a classe operária e demais explorados, e é se levantarem massivamente, em defesa dos empregos, salários e vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis.

*O Boletim Nossa Classe trabalha para que os explorados saiam da passividade e recuperem suas forças. O ponto de partida está em exigir que os sindicatos abram suas portas, convoquem as assembleias e lancem a luta pelos empregos, salários e proteção sanitária contra a pandemia. E em exigir das centrais sindicais que convoquem um Dia Nacional de Luta, com manifestações em todo o país.*

## **A classe operária tem sua própria resposta à pandemia**

O Boletim Nossa Classe vem defendendo o seguinte programa de emergência:

- 1) Vacinação urgente de toda a população, inteiramente pública e gratuita, a começar pelos pobres e miseráveis;
  - 2) Controle das medidas de isolamento social, pelas organizações operárias e populares, para que não haja demissões, redução salarial e perdas de direitos;
  - 3) Adoção de medidas emergenciais, voltadas inteiramente a proteger os explorados:
- auxílio emergencial no valor de um salário, calculado pela assembleia, de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora;
  - intervenção do Estado no sistema privado de saúde, nas in-

dústrias de fabricação de oxigênio e de remédios;

- quebra das patentes das vacinas e remédios;
- controle do SUS, do Instituto Butantan, da Fiocruz e da indústria químico-farmacêutica, pela classe operária e pela população organizada nos bairros;
- plano de vacinação, sob a vigilância operária e popular;
- reabertura das fábricas fechadas, readmissão de todos que foram demitidos durante a pandemia;
- plano de obras públicas, voltado a criar milhões de empregos.

*O Boletim Nossa Classe critica e denuncia as direções sindicais, que se curvam diante das medidas dos governantes, e se negam a organizar a luta em torno de um programa de emergência dos trabalhadores.*

## **Boletim Nossa Classe condena o acordo de indenização da Ford Somente a assembleia presencial poderia discutir e votar o acordo**

No dia 6 de abril, o Sindicato Metalúrgico de Taubaté realizou uma votação, por meio de cédula, para que fosse decidido o acordo negociado com a Ford. Dos 630 votos, 333 foram a favor, e 291 foram contra, 2 votos em branco e 1 nulo. Esse resultado mostrou o descontentamento de 46,21% dos operários.

A direção do sindicato aboliu a decisão coletiva pela assembleia, temendo que houvesse revolta da parcela descon-

tente. Durante todo o período de resistência ao fechamento da fábrica, a direção convocou assembleias, porém, desta vez, manobrou para que a decisão fosse sem discussão e individualizada. A discriminação entre horistas e mensalistas é inaceitável e odiosa.

*O Boletim Nossa Classe denuncia o caráter antidemocrático da forma como foi realizada a votação do acordo. Defende que se convoque imediatamente uma assembleia para discutir o acordo e realizar uma votação coletiva. É preciso que se tenha uma assembleia democrática, onde todos os operários possam dizer o que acham da proposta da patronal. A assembleia deve começar por condenar a discriminação entre horistas e mensalistas.*

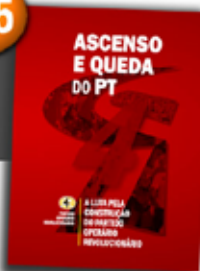
*O Boletim Nossa Classe defendeu a ocupação de fábrica, o controle operário da produção e a estatização da Ford, sem indenização. E foi contra o jogo da direção do sindicato, de conduzir a resistência para a indenização. Agora, defende que os operários exijam da direção que convoque a assembleia e revogue a decisão por cédula.*

**Adquira com o distribuidor: R\$ 35**

**ASCENSO E QUEDA DO PT**

*A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário*

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



## Boletim Nossa Classe de abril – Rio Grande do Norte

O Boletim abre com a nota “Quem sofre com a crise são os explorados! Os patrões só enriquecem!”. Eis:

Cresce a fome no Nordeste: segundo um estudo da Universidade Livre de Berlim, junto com a UFMG e UnB, no final do ano passado, 73,1% dos nordestinos vivenciaram insegurança alimentar, ou seja, não conseguiram comprar todos os alimentos necessários para uma alimentação adequada. Destes, 22,1% chegaram a passar fome. E não é muito diferente no resto do país. O estudo também mostrou uma queda de 40% no consumo de carnes, frutas e queijos, e de 36,8% no de hortaliças e legumes.

Avança a extrema pobreza no Rio Grande do Norte: de acordo com dados do Cadastro Único, divulgados pelo governo do RN, cerca de 1 milhão de potiguares estão em situação de extrema pobreza, sobrevivendo com menos de 89 reais por mês. Esse número corresponde a 28,8% da população do estado.

Enquanto isso, os ricos ficam ainda mais ricos: segundo a revista Forbes, no Brasil, o número de bilionários saltou, de 45, em 2020, para 65, em 2021. Ou seja, surgiram mais 20 bilionários no país. A riqueza de todos esses bilionários brasileiros quase duplicou do ano passado para cá, passando, de US\$ 121 bilhões, em 2020, para US\$ 219 bilhões, em 2021.

Os dados acima demonstram que quem realmente sofre com a crise econômica e a pandemia são os explorados. A burguesia continua lucrando, enquanto amargamos o desemprego, miséria, fome e mortes nos hospitais. O falso discurso dos governos, patrões e imprensa burguesa, de que na crise “todos têm que se

sacrificar”, se mostra hipócrita, diante da constatação de que, enquanto milhões passam fome, os capitalistas continuam lucrando e se tornando bilionários. Essa é a verdadeira face do sistema capitalista!

O retorno do auxílio emergencial com valores reduzidos não mudará a tendência de aumento da fome e da miséria. O constante aumento do custo de vida, como o aumento dos preços dos alimentos e do gás de cozinha (que logo chegará a R\$ 100), são um indício da catástrofe social que se avizinha. Só há uma forma de combater isso: a luta coletiva, nas ruas, com greves e manifestações. É preciso que lutemos por um plano emergencial próprio, decidido pelos operários e demais explorados, que garanta: 1) Nenhuma demissão, nem retirada de direitos; 2) Salário mínimo vital, com escala móvel de reajustes; 3) Reincorporação imediata de todos os operários demitidos durante a pandemia; 4) Um auxílio emergencial que seja suficiente para satisfazer as necessidades de uma família; 5) Medidas de isolamento social sob o controle da classe operária e demais explorados; 6) Vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis; 7) Quebra das patentes das vacinas e remédios; 8) Plano de obras públicas, voltado a criar milhões de empregos.

O Boletim fez também um chamado às centrais, sindicatos e movimentos para um 1º de Maio, classista e internacionalista. Trouxe a campanha contra o fechamento da LG e das fábricas fornecedoras de componentes, e em defesa dos empregos. E também uma homenagem aos 150 anos da Comuna de Paris.

## Boletim Nossa Classe - Ecetista

O Boletim Ecetista, de início de abril, trouxe o chamado: Privatização dos Correios, fechamento de agências e vacinação universal. É preciso organizar as assembleias presenciais e retomar a luta! Abaixo a política de conciliação de classes da FINDECT e da FENTECT: nem o parlamento, nem as ações “virtuais”, podem barrar a privatização dos Correios! Eis:

*“Nas últimas semanas, vimos que as direções da FINDECT e da FENTECT têm lançado mais materiais, notas e notícias sobre a situação da venda dos Correios, que poderá ser viabilizada pela aprovação dos Projetos de Lei 7.488/2017 e 591/2021.*

*Recentemente, em 07 de abril, foi aprovada a retirada de pauta do PL7488/17, e aprovada uma audiência pública na Câmara dos Deputados, para debater os PLs e a situação dos Correios. Imediatamente, as duas federações comemoravam o feito da “mobilização”. Sobretudo, a FINDECT, dirigida pela CTB, anunciou a vitória, e conclamou os ecetistas a acompanharem o trabalho da frente parlamentar que “defende” os Correios. Deixou claro seu papel conciliador, ao afirmar: “As Frentes Parlamentares são espaços estratégicos para a resistência a tantos ataques aos serviços públicos, aos trabalhadores dos Correios e ao desmonte do Estado (...)” (nota do site, 05/04).*

*A “estratégia” da direção da FINDECT é, portanto, acreditar no parlamento burguês, o mesmo que viu os direitos e os salários dos ecetistas serem esmagados, em 2020, durante a campanha, e a greve envolvendo o Dissídio da categoria, e não fez absolutamente nada! No fundo, a direção traidora da FINDECT quer apenas usar os trabalhadores para eleger deputados, isto é, como trampolim político.*

*A retirada de um dos PLs da pauta, e uma audiência sobre o assunto, não barrará a política privatista do governo, que quer vender os Correios, a Eletrobrás e uma série de outras empresas estatais. Além de ser uma de-*

*terminação deste governo, é uma imposição do capital financeiro internacional, das grandes multinacionais, e esse joguinho de cena dos deputados do PT, PCdoB e congêneres em nada altera o rumo da privatização em curso, como a direção da FINDECT quer mentirosamente fazer crer.*

*A direção da FENTECT, cutista, mas com participação de correntes mais à esquerda, quer aparecer como mais radical e tem realizado encontros on line, como a Plenária Nacional do dia 20 de março.*

*Nesta plenária, como na série de materiais que esta direção produziu (youtube, facebook, cards, banners), a direção ataca a privatização, mostrando o quanto ela será danosa à população, e o quanto o governo “genocida” quer destruir este patrimônio nacional. A direção da FENTECT não fala da “estratégia das frentes parlamentares”, fala da necessidade de “mobilização”. É, no entanto, uma mobilização virtual: “Mobilize-se! Baixe nossos arquivos de divulgação para redes sociais e material impresso, e espalhe a verdade, mostre a importância dos Correios para o povo brasileiro! Diga Não ao PL 591/2021! Diga Não à Venda dos Correios!” (notícia do site, 20/03).*

*Ou seja, enquanto a mesma direção denuncia mais e mais casos de contaminação nas agências e centros de distribuição, denuncia o fechamento de agências (impactando no serviço à população e no número de trabalhadores contratados), aponta, como caminho de “luta”, a “divulgação da verdade” pelas redes sociais. O caminho certo da derrota!*

*Os ecetistas trabalharam durante toda a pandemia, seja no primeiro pico da doença, seja agora, quando as internações e a mortalidade aumentaram assustadoramente. Eles já estão nas ruas, já estão nos locais de trabalho, se contaminando, pegando licenças, se internando, e até morrendo. Tais direções simplesmente ignoram isso, e continuam unidas na política burguesa do isolamento social, que é uma mentira, que é uma mentira que não tem salvo vidas, e tem permitido a destruição de*

empregos, redução dos salários e diminuição de direitos.

Nem as campanhas virtuais, nem a crença no parlamento burguês com suas audiências e suas falsas promessas garantirá a não privatização da empresa. O único caminho é o da mobilização coletiva, da luta nas ruas, da paralisação do trabalho, da organização das greves.

Os trabalhadores dos Correios devem exigir que as direções locais, estaduais e as duas federações convoquem as assembleias presenciais, organizem as manifestações de rua para mostrar, de fato, à população, as mentiras que envolvem a privatização dos Correios. Este é o primeiro passo para mobilizar contra o en-

treguismo deste governo. Sabemos também que, para barrar a privatização da empresa, é preciso lutar contra a política privatista no seu conjunto e, para isso, é preciso retomar as lutas gerais, a luta com outras categorias, a luta com a classe operária, golpeada pelo fechamento de fábricas neste último ano.

Uma campanha contra a Privatização dos Correios deve fazer parte da luta contra a privatização de todas as empresas estatais, numa luta geral contra o governo entreguista. A unidade com os trabalhadores de outras empresas estatais e com a classe operária é fundamental para se opor à política privatista, apoiando-se nos métodos da ação direta, na luta coletiva e de

rua, para que toda população também se choque contra o entreguismo do atual governo”.

O Boletim faz também a campanha pela vacinação universal. Diz que a vacinação aos ecetistas deve partir da defesa da vacinação universal, que se estende dos bairros mais pobres e miseráveis, atingindo assim os focos de disseminação em grande escala do vírus. Conclui, dizendo que a campanha pela vacinação universal está atrelada à luta geral dos trabalhadores para impor ao governo um modo de controlar a pandemia, e impedir que o desemprego, a redução salarial e a retirada de direitos permaneça.

## **São Paulo**

### **Abaixo a perseguição dos ecetistas de Pindamonhangaba**

Os trabalhadores dos Correios de Pindamonhangaba (CDD-Pindamonhangaba) aprovaram, em julho de 2020, uma “greve sanitária”, devido à crescente contaminação e mortes dos ecetistas, que, durante toda a pandemia, se mantiveram no trabalho, nas ruas, nos transportes públicos, etc. Uma juíza da cidade chegou a determinar o fechamento da unidade. Após alguns dias fechada, a empresa entrou com recurso na justiça, que determinou a reabertura.

Contudo, vários trabalhadores tiveram a surpresa em seus holerites, descontos de vários dias parados, chegando a R\$ 500,00, para a maioria. Além disso, a empresa segue dando SID (processos administrativos) aos trabalhadores, como forma de demiti-los por justa causa, em breve. Assim, os trabalhadores estão sendo perseguidos por lutar por melhores condições de trabalho, e pela preservação de suas vidas. Temos de lembrar que essas ações repressivas locais são expressão de tendências mais gerais, como as leis antigreve, aprimoradas por diversos governos, nas últimas décadas.

Esse problema não pode ser descolado dos problemas gerais enfrentados pela categoria no último período. Sofreram com o

arrocho salarial, mostraram coragem ao encampar uma greve de um mês, ano passado, em plena pandemia. E seguem sob a sombra da iminente privatização dos Correios, defendida a todo custo por Bolsonaro e Guedes.

O Partido Operário Revolucionário vem por meio desta nota repudiar a perseguição sofrida pelos trabalhadores ecetistas lutadores. Defende que o método correto de enfrentar os governos e patrões são os métodos da luta de classes, através das ações presenciais e coletivas, decididas pelos próprios trabalhadores. Não é a justiça burguesa ou os patrões que devem dizer como os trabalhadores devem ou não lutar.

Os sindicatos e federações (FINDETC e FENTECT) dos Correios e de outros setores devem apoiar a luta dos trabalhadores do CDD Pindamonhangaba. Destacamos também, a importância de construir frentes de luta para resistir aos ataques e perseguições que os trabalhadores em geral, e os ecetistas, em particular, vêm sofrendo. É fundamental a convocação de assembleias presenciais, para organizar os próximos passos dessa luta. Abaixo a perseguição aos ecetistas lutadores de Pindamonhangaba! Abaixo a privatização dos Correios! Emprego se defende com luta!

## **Rio Grande do Norte - Luta contra a privatização**

O Boletim da Corrente Proletária na Educação, de abril, denuncia o avanço da privatização, e a necessidade urgente de combater a criação da cooperativa de professores no município de Macaíba. Diz que o prefeito, Emídio Júnior (PL), entregou a gestão da educação no município à Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Educação do Estado do RN (COOPEDU). Esse é mais um exemplo do profundo processo de terceirização e privatização da Educação. As fraudes e corrupção fazem parte do funcionamento do capitalismo e de suas instituições. Conclui mostrando que nossa tarefa é lutar contra a entrega da educação às organizações privadas.

O Boletim diz que a “COOPEDU é uma cooperativa de educação, que surgiu em 2019, conta com diversos serviços, desde contratação de porteiros, até coordenação pedagógica, além de psicólogos, nutricionistas e professores. Já está inserida em algumas cidades do estado, como Ipanguaçu, Luís Gomes, Passagem, Santana do Seridó e São Miguel. Conta com 524 cooperados. Tais cooperados são, em sua maioria professores, que cotizam para ingressar e participar da cooperativa, a fim de dar

aula nas escolas, com as quais a COOPEDU tem convênio. O salário é a miséria de R\$ 1.590,67, muito abaixo do piso salarial que é garantido aos professores efetivos e temporários, sem nenhum direito, como a aposentadoria especial, quinquênios, etc. Além disso, não terão direito a FGTS, férias remuneradas, 13º salário, etc., uma vez que os cooperados não são considerados trabalhadores, mas sim “sócios”. Trata-se de mais uma manobra para entregar a educação pública à iniciativa privada.

O Boletim critica as direções sindicais que se recusam a convocar as assembleias presenciais e organizar a luta contra mais esse ataque dos governantes aos trabalhadores da educação. A governadora, Fátima Bezerra, PT, é responsável pelo avanço da privatização e da terceirização na educação. Não têm feito nada para barrar a ofensiva dos prefeitos, que se recusam a contratar professores, como servidores municipais, e potenciam a máfia das cooperativas de mão-obra, como a COOPEDU. Somente a luta coletiva de todos os professores, nas ruas, poderá impor à governadora e aos prefeitos o fim dessas cooperativas, e exigir a efetivação dos trabalhadores da Educação, que foram contratados pelas cooperativas.



**São Paulo****Intervenção da Corrente Proletária no ato presencial em frente à Prefeitura de SP**

No dia 12/04, os trabalhadores da Educação municipal realizaram uma manifestação no Viaduto do Chá, em frente à Prefeitura. A ação foi organizada pelo Sindsep (Sindicato dos Servidores Municipais de SP). Na convocatória, a atividade foi intitulada de “ato de protesto da greve da Educação”, e apresentou como mote a ideia de que a “volta às aulas presenciais agora é genocídio”. O sindicato realizou um “faixaço”, que consistiu numa ação simbólica de abertura de uma grande faixa de denúncia da atitude do governo Covas diante da pandemia. Fora isso, o microfone foi aberto para as intervenções dos presentes.

A Corrente Proletária na Educação/POR esteve presente com seu panfleto, do qual reproduzimos algumas passagens, logo abaixo. E interveio mostrando a política de conciliação de classes das direções sociais, de submissão à política burguesa do isolamento social, e de aceitação do ensino a distância. Disse que as bandeiras de luta devem ser aquelas que permitem a unidade geral dos oprimidos: defesa dos empregos, salários, direitos, Saúde pública, e vacinação universal. E o método deve ser o da ação direta e coletiva das massas. O que significa concretamente abandonar os métodos imobilistas das direções sindicais, e avançar para a luta coletiva nas ruas. A Corrente Proletária finalizou a sua intervenção com o chamado às centrais, sindicatos, movimentos e partidos, que se reivindicam da luta dos trabalhadores, para um 1º de Maio presencial e unificado.

O Boletim da Corrente Proletária, distribuído nessa manifestação, levantou as seguintes bandeiras: convocar as assembleias presenciais com urgência! Quem deve decidir sobre o retorno ou não são os trabalhadores, os estudantes e as comunidades! É preciso mudar a orientação e os métodos, para que a luta seja vitoriosa. Erguer a luta unitária do professorado com o conjunto dos oprimidos, em defesa da vacinação universal (a começar pelos pobres e miseráveis), dos empregos, salários, direitos e saúde pública. Combater o Ensino a Distância, lutando em defesa da educação pública, gratuita, laica, científica, para todos e em todos os níveis, sob controle dos estudantes e trabalhadores, e

vinculada à produção social.

O Boletim faz um balanço da farsa da “greve sanitária”. Diz que o movimento de “greve sanitária” dos trabalhadores das duas redes, apesar das particularidades, na verdade, se caracterizou como um boicote individual e passivo ao ensino presencial. Apesar de justo, não se constituiu como uma verdadeira greve, pois, isso implicaria que os trabalhadores, organizados a partir das escolas, paralisassem as atividades e projetassem o movimento coletivamente e de forma ativa, no sentido da conquista de suas reivindicações. As direções, ao contrário, impuseram às suas bases, sem que fossem realizadas as assembleias presenciais, que ficassem isoladas em suas casas. E o resultado não poderia ser outro, a ultraminoria que acatou o boicote teve o desconto nos salários. A direção da Apeoesp pede, agora, a esses professores que recorram individualmente na Justiça.

Em outra passagem, critica as direções sindicais, que, diante do fracasso da “greve sanitária”, da submissão à política burguesa do isolamento social, do fechamento dos sindicatos, e da passividade em que submeteu o magistério, recorreram às ações na Justiça burguesa. A política de judicialização do movimento nunca trouxe conquistas aos trabalhadores, quando se obtém uma “conquista”, logo é derrubada ou simplesmente ignorada. Conclui: nesse momento, não há mais “greve sanitária” entre os estaduais e, entre os municipais, ela prossegue, mas com uma adesão menor. A direção do Sinpeem realizou um arremedo de “assembleia”, pela via virtual, que contemplou uma ultraminoria de trabalhadores, e em que só o presidente do sindicato pôde falar. Escancarou que o método de discussão e deliberação online só pode resultar na mais completa ausência de democracia.

A tarefa que cabe aos trabalhadores da Educação das duas redes é romper a paralisia imposta pelas burocracias sindicais. O ponto de partida é a convocação das assembleias presenciais, para organizar a luta. Quem deve decidir sobre o retorno ou não das aulas presenciais são os trabalhadores, estudantes e suas famílias.

**Boletim Juventude em Luta - Corrente Proletária Secundarista**

O Boletim mostra que as medidas parciais e locais de isolamento social e a lenta vacinação não conseguem conter o avanço da pandemia, nem impedir o esgotamento do sistema de saúde. Que a burguesia e seus governos são incapazes de proteger a vida da maioria oprimida. E que, na realidade, usam os recursos públicos, para salvar o grande capital, garantindo o pagamento da dívida pública. Critica a política das direções sindicais e estudantis, que rejeitam organizar manifestações de rua e convocar assembleias presenciais. Aponta três tarefas urgentes: 1) trabalhar pela recuperação das forças do movimento operário, popular e estudantil. O que implica o combate implacável da vanguarda revolucionária à política de conciliação de classes da burocracia e dos reformistas; 2) exigir a convocação de assembleias presenciais. O que significa romper a passividade das direções e o uso dos métodos virtuais; 3) Aprovar um programa emergencial próprio dos explorados, e a organização de uma frente única, baseada na democracia operária e nos métodos da ação direta.

O Boletim responde à imposição dos governos de retorno às aulas presenciais. E que a única forma de mudar essa situação é saindo da passividade e da individualidade do “fique em casa”, realizando assembleias democráticas, em que estudantes e trabalhadores, tanto da escola, quanto os responsáveis pelos estudantes, possam discutir e deliberar sobre o que é melhor para a comunidade escolar.

Fez também a denúncia do “ato simbólico”, realizado no dia 30 de março, organizado pelas entidades estudantis – UNE (União Nacional dos Estudantes), UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas) –, sob as consignas “Vida, Pão, Vacina e Educação”. As direções não convocaram os estudantes, o que acabou reunindo uma ultraminoria. A Corrente Proletária Secundarista interveio com seus materiais políticos e com uma fala em defesa de um programa de emergência próprio dos explorados, que tenha como pontos centrais a luta pelos empregos, sa-

lários, educação e saúde pública, vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis.

O Boletim trouxe, em seu dicionário marxista, o fundamento da luta coletiva. Reproduzimos duas passagens: *“A força do movimento social está no seu caráter coletivo e sua capacidade de afetar a economia, de afetar a produção social. A classe operária, em especial, quando paralisa coletivamente as fábricas, afeta diretamente a base do capitalismo, que é a produção de mercadorias e a extração de*

*mais-valia. Quando uma passeata bloqueia uma avenida, também está afetando a economia, pois, está interrompendo a circulação das mercadorias, que é parte do ciclo de reprodução do capital”. (...) “Devemos buscar na história da luta de classes qual é o método correto para conquistarmos nossas reivindicações. E o que vemos historicamente é que a luta não pode ser individualizada; que os próprios estudantes já protagonizaram também grandes vitórias e todas elas, sem exceção, foram lutas coletivas”.*

## **São Paulo / Atuação no Comitê de luta no bairro**

O Comitê divulga o Boletim com as seguintes chamadas: Fortalecer o Comitê de luta do bairro. Ganhar as ruas em defesa de nossas reivindicações. Emprego a todos, vacinação imediata nos bairros pobres, criação de hospitais. Transcrevemos duas passagens:

No início de março, os moradores dos bairros Jardim Santo André e adjacentes fizeram um protesto, e encaminharam uma carta aos governantes. A sua principal reivindicação é a vacinação universal, a começar pelos bairros pobres, favelas e ocupações. Hoje, um mês depois, não obteve nenhuma resposta. O que se tem visto é uma disputa entre Bolsonaro e governadores, em torno à compra de vacinas. E uma vacinação a conta-gotas, porque não há vacinas para a imunização da população. (...) Se, de um lado, não há uma centralização e organização para o comba-

te ao Covid-19, por outro lado, há um rígido controle das vacinas pelos monopólios farmacêuticos e pelos países ricos (imperialistas). Isso ocorre porque a centralização e a organização estão nas mãos dos capitalistas (a burguesia). Os trabalhadores estão à mercê dessas disputas e manobras. E as consequências são dolorosas para a população dos bairros pobres. Basta ver as estatísticas, do número de mortes de nossa região Sapopemba, São Mateus e os bairros próximos, tiveram em um ano 667 mortes, superando cidades de São Paulo.

O Boletim conclui dizendo que *“O Comitê tem trabalhado para recuperar as forças sociais dos moradores do bairro. Mas é preciso que se integrem a essa luta”.* Faz o chamado para a preparação de um 1º de Maio unitário e de luta.

## **Nota do Partido Operário Revolucionário - 8 de abril de 2021**

### **Toda solidariedade à ocupação CCBB e aos lutadores perseguidos!**

Nesta semana, o governo Ibaneis Rocha (MDB) realizou, pela terceira vez, uma ação de despejo contra a ocupação CCBB, em Brasília. A ocupação fica próxima ao Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), uma zona de especulação imobiliária. Há famílias que vivem no local, desde a década de 1970. A maioria é composta por catadores de materiais recicláveis.

Na segunda-feira (05/04), a polícia militar destruiu novamente todas as casas dos moradores. Graças à resistência dos ocupantes, que realizaram um cordão de isolamento, restou apenas a chamada Escolinha do Cerrado, que havia acabado de ser reconstruída voluntariamente, para garantir aulas às crianças da ocupação.

Porém, no dia 07/04, o governo Ibaneis Rocha (MDB) enviou novamente a PM para derrubar a escola. A polícia, de forma truculenta, começou a destruir a escola, mesmo com ocupantes estando sobre o telhado, numa clara ameaça à vida dos manifestantes. Com balas de borracha, spray de pimenta e gás lacrimogêneo, uma moradora chegou a desmaiar.

Essa ação repressiva, além de truculenta, é ilegal, pois, desobedece a liminar da 8ª Vara da Fazenda Pública do DF, que impedia o desalojamento do CCBB na pandemia. O silêncio da Justiça burguesa, diante dessa ação ilegal, demonstra que a justiça é complacente com a truculência do governo do DF, que visa a impulsionar a especulação imobiliária do terreno.

A ação policial finalizou com a prisão arbitrária de quatro ocupantes: Caio Barbosa, Érika Oliveira, Pedro Felipe e, novamente, de Thiago Ávila, o qual já havia sido preso e solto há cerca de duas semanas, sob a acusação de “desacato”, quan-

do protestava contra o segundo despejo da ocupação CCBB. Os quatro ocupantes foram enquadrados no Art. 69 da Lei 9.605/98, que pune com detenção de um a três anos quem, segundo a lei, “obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público, no trato de questões ambientais”, numa clara ação do Estado para criminalizar os manifestantes. Após pagamento de fiança de R\$ 3 mil para cada, fruto de uma vaquinha organizada pelo movimento, os quatro lutadores foram liberados e recepcionados por apoiadores na saída da delegacia.

Essa arbitrariedade sofrida pela ocupação CCBB e pelos ocupantes presos é mais um exemplo do avanço do Estado policial, que se tem intensificado nos últimos meses. Insere-se nesse rol o caso de Rodrigo Pilha, militante do PT, que permanece preso, desde 18 de março, por ter estendido uma faixa com a mensagem “Bolsonaro Genocida”.

O Partido Operário Revolucionário (POR) manifesta solidariedade à ocupação CCBB e aos lutadores reprimidos pelo governo Ibaneis Rocha (MDB)! O POR convoca os sindicatos, centrais, movimentos populares e partidos que se reivindicam dos explorados a se colocarem pelo fim da repressão e pelos direitos democráticos de manifestação. A luta contra a ofensiva ditatorial da burguesia e dos governantes está na ordem do dia. Deve fazer parte da defesa dos empregos, dos salários e da proteção sanitária da maioria oprimida. Abaixo a Lei de Segurança Nacional e o Estado Policial! Pelo fim da repressão e em defesa da liberdade de expressão e manifestação! Toda solidariedade à ocupação CCBB e aos lutadores perseguidos! Pela libertação imediata de Rodrigo Pilha, preso político!

**Pernambuco****X Plenária do Comitê Classista de Luta aprova campanha pelo 1º de Maio presencial**

No dia 10 de abril, ocorreu no Sindicato dos Metroviários de Pernambuco a X Plenária do Comitê Classista de Lutas (CCL), tendo como pauta reorganização do CCL e preparação do 1º de Maio. Esta plenária mostra um esforço da frente, que teve origem no ato de 30 de setembro de 2020, contra a Reforma Administrativa, em rechaço aos meios virtuais e defesa da retomada dos métodos presenciais de luta.

A Plenária era para ter ocorrido no dia 27 de março, mas foi adiada, devido às dificuldades de local por causa das restrições do lockdown decretado pelo governo do estado. O MPL, porém, passou a propor que as reuniões do CCL fossem virtuais. O POR se opôs, sendo apoiado por outros agrupamentos.

A Plenária contou com a participação do POR, Mov. PPGE-UFPE na luta, Mov. de luta popular e comunitária (MLPC), PCB (cel. de desempregados), coletivo “Nosso vale vale mais”, de Camaragibe, e professores da rede municipal de Surubim e da UFPE. O Comitê foi apresentado aos novos integrantes. Foi dado o informe de afastamento momentâneo da FOB, que justificou não estar conseguindo contribuir com o CCL, e que Mangue Vermelho (Nova Democracia) não está participando, mas não justificou ou comunicou afastamento.

Foi avaliada a proposta do MPL, de transformar as plenárias em espaços virtuais, diante o agravamento da pandemia. O POR defendeu a necessidade de manutenção das reuniões presenciais. A frente surgiu com crítica às direções das centrais, sindicatos e movimentos, que desde o cancelamento do Dia Nacional de lutas, em 18 de março de 2020, seguem cegamente a política

burguesa do isolamento social, se refugiando nos métodos virtuais, desarmando as massas, em um momento de duros ataques às condições de vida. Os presentes destacaram como os meios virtuais são dispersivos e antidemocráticos, e que é importante o contato e compromisso olho no olho. A continuidade das reuniões presenciais foi unanimemente aceita, inclusive pelos que vieram do interior do estado. . Debateu-se também como tornar o CCL de fato uma Frente Única de lutas, diante do bloqueio imposto pelas direções burocráticas. Temos aprovado resoluções comuns, feito formações, apoiado atos e realizamos um ato próprio contra o aumento da tarifa de ônibus, mas ainda temos que avançar para romper o imobilismo.

A pauta do 1º de Maio veio de sua importância histórica na luta dos explorados, na contramão da passividade das direções sindicais. Mais uma vez, as centrais não convocam os atos presenciais. Tampouco responderam nosso chamado para a reunião preparatória. O POR informou que fará campanha própria com boletins, cartazes e mural, e propôs uma campanha por um 1º de Maio de luta pelos empregos, salários, direitos e vacinas para todos, começando pelos pobres e miseráveis. Além disso, propôs um ato presencial no dia 1º de Maio, com a XI Plenária do comitê ao final. A deliberação do CCL foi de cada agrupamento fortalecer a campanha, convocar mais entidades e arrecadar finanças, além de divulgar materiais próprios, mas também os cartazes e boletim unificados em defesa do 1º de Maio classista, e um ato com o conteúdo de defesa que sindicatos, centrais e movimentos retomem as lutas presenciais.



# CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

**Boletim da Corrente Proletária na Educação – CP-Universidade**

O Boletim Nacional da Corrente Proletária na Educação (Professores da base do Andes-SN e Sinasefe), de Abril de 2021, reforça o chamado do POR “Por um 1º de Maio, classista, unificado e presencial!”, em que denuncia o abandono das Centrais, sindicatos e correntes de esquerda do Dia Internacional do Trabalhador, pela segunda vez. Explica que a CPE defende uma política proletária para o movimento docente, contra todo corporativismo que separa os trabalhadores da Educação dos demais, ou que traça uma política geral a

partir das condições da pequena-burguesia, o que resulta na subordinação a alas da própria burguesia. Chamamos os professores a lutarem junto com operários e demais explorados, por um programa de emergência que defenda realmente os empregos, salários, direitos, saúde pública e vacina para todos, começando pelos pobres e miseráveis.

O boletim analisa a Política do ANDES-SN em duas matérias. Em uma, comenta o impasse da direção, que convocou um CONAD extraordinário vir-

tual para deliberar sobre a realização do Congresso da entidade, e nenhuma deliberação foi tomada, considerando o retrocesso histórico de transpor a maior instância da entidade para o ambiente virtual. A pauta do plano de lutas serviu apenas para retórica, pois, não está ligada ao retorno aos métodos presenciais de luta. Em outro texto, o alinhamento da direção do ANDES-SN com a CPE do Senado é ressaltado, assim como as ilusões institucionais que a própria diretoria dizia combater.



## APRESENTAÇÃO

Na reunião de 4 de abril, o Comitê Central do Partido Operário Revolucionário discutiu a situação nacional e internacional. Aprovou duas resoluções, respectivamente. Damos conhecimento, publicando-as na forma de um boletim especial. Em anexo, acompanham duas cartas, uma endereçada às centrais, sindicatos e movimentos; outra aos partidos que se reivindicam do socialismo, propondo que convoquem um 1º de Maio presencial e massivo.

Não é preciso justificar, com a profundidade da crise, a importância das resoluções. Apenas, chamamos a atenção dos leitores sobre a gravidade da crise de direção revolucionária. Há um fundamento marxista que perpassa as resoluções, que consiste no reconhecimento de que somente a classe operária e os demais trabalhadores

organizados e em luta podem se defender de qualquer tipo de crise capitalista.

A renúncia das direções sindicais em organizar e mobilizar as massas resultou na negação objetiva da luta de classes; e na afirmação de que a burguesia e seus governantes poderiam defender os pobres e miseráveis da pandemia, das demissões, do desemprego, do subemprego e da fome.

Depois de um ano das direções fecharem as portas dos sindicatos e dos explorados permanecerem passivos, a contaminação e as mortes continuam aumentando; e instituições da burguesia se lançam em uma corrida “humanitária”, tamanha é proporção que atingiu a fome.

O POR travou combate, desde os primeiros dias em que o governo brasileiro reconheceu a pandemia, para que os sin-

dicatos não se submetessem às iniciativas políticas dos governantes e organizassem os trabalhadores no seu terreno próprio de luta. O leitor verá que as resoluções refletem uma posição prática de defesa do método da luta de classes, posição essa baseada na experiência.

Esperamos que a vanguarda com consciência de classe leia criticamente e se coloque na luta pela recuperação das forças sociais do proletariado e dos demais oprimidos. O apoio à convocação de um 1º de Maio presencial, classista e internacionalista é um passo prático na luta pela independência política dos explorados.

Chamamos os destemidos lutadores, que não se apartaram dos explorados, a engrossarem as fileiras da construção do Partido Operário Revolucionário.

## Resolução do Comitê Central sobre a situação nacional

1. A pandemia entra no décimo terceiro mês, sem que a burguesia e seus governantes consigam controlá-la. Está claro que a política burguesa do isolamento social e o Plano Nacional de Imunização (PNI) são insuficientes e débeis diante da avassaladora onda de contaminação e mortes. As causas dessa debilidade se encontram na sociedade de classes, e na supremacia dos interesses econômicos da minoria exploradora sobre a maioria explorada. A classe operária e demais oprimidos ficaram durante todo esse tempo à mercê dos resultados do isolamento social parcial e intermitente, e, finalmente, à espera da vacinação em massa. A maior evidência do fracasso da burguesia e seus governantes é retratada por uma sequência infundável de mortes, que caminha para 400 mil, com a previsão de ultrapassar 500 mil, em meados do ano. Refletem-se, também, nas más condições da saúde pública, na falta de insumos básicos nos hospitais, na escassez de oxigênio, e na elevação dos preços dos remédios. As consequências econômicas da longa pandemia recaem, em grande medida, sobre os pobres e miseráveis, sobre os desempregados e subempregados. A fome endêmica se potencializou, ao ponto de alarmar, inclusive, a burguesia. É dessa situação de incapacidade dos governantes e de flagelo da maioria oprimida, que emerge o principal problema político. É preciso que as organizações operárias e populares rompam com a sua paralisia, e lutem para que os explorados recuperem suas forças sociais, e se levantem organizadamente em defesa de suas próprias vidas;
2. A experiência demonstrou que jamais a classe operária pode, em hipótese alguma, renunciar à luta de classes, e deixar que seus escravizadores decidam sobre seu destino. Não há nada mais servil e humilhante que permanecer à espera das medidas de proteção a cargo da burguesia e seus governantes, se ver sufocado pela ausência de oxigênio, e morrer nas filas dos hospitais, sem nenhuma reação coletiva. Não há nada mais degradante que se enfileirar para receber alimentos, provenientes do humanitarismo dos capitalistas e das camadas ricas da pequena burguesia. Não há nada mais ignóbil que as migalhas do auxílio emergencial de Bolsonaro, Congresso Nacional e governadores. É indescritível a conduta dos partidos reformistas e direções sindicais, diante desses métodos burgueses de arregimentação e de esmagamento da imperiosa vontade das massas reagirem coletivamente em defesa própria;
3. Era previsível que a pandemia aprofundaria a crise econômica. Que impulsionaria o desemprego e sacrificaria, ainda mais, a multidão de subempregados. Que os patrões recorreriam às demissões e redução salarial. E que haveria uma onda de fechamento de fábricas e negócios. Não poderia haver nenhuma surpresa quanto a isso. Eis por que Bolsonaro, Congresso Nacional e governadores recorreram a um plano emergencial, para proteger, antes de tudo, os negócios dos capitalistas, principalmente dos mais poderosos. A renúncia à luta de classes resultou na aceitação passiva das medidas arquitetadas pelos governantes, que obrigatoriamente têm de abrigar as necessidades do capital, e expressar as pressões particulares do poder econômico. Não há, portanto, como separar a catástrofe que atinge as massas da condução política desenvolvida pelos governantes. E não há como desvincular a política dos governantes da política das direções sindicais, que renunciaram à luta de classes, e empurraram as massas à longa e profunda passividade. A tarefa mais urgente, de romper essa paralisia e recuperar as forças sociais da classe operária e demais trabalhadores, decorre da suprema necessidade dessa realidade catastrófica;
4. A pandemia provocou um flagelo mundial. Não poupou nem mesmo as potências. E não distinguiu exploradores e explorados. O fenômeno natural se espalhou pelo mundo, e atingiu todas as classes sociais. Esse caráter geral tem sido usado pelos capitalistas, governantes, instituições, cientistas, partidos e burocracias sindicais, para apagar ou ocultar as profundas diferenças. Há um abismo entre as potências imperialistas e o restante dos países semicoloniais; entre a minoria rica e a imensa maioria pobre e miserável. A política burguesa, diante da devastadora manifestação da natureza, se assenta na indiferenciação de classes e de capacidade econômica dos países.

Ao contrário, a política do proletariado se assenta na demonstração de que os explorados são os mais afetados, e que a burguesia como classe dominante descarrega o peso da desintegração econômica sobre a maioria oprimida. Assenta-se no fato das potências imperialistas controlarem a maior parte dos recursos materiais e científicos, em contradição com a escassez de recursos e atraso no desenvolvimento científico dos países semicoloniais. A pandemia expôs, à luz do dia, os antagonismos de classes e de nações. Não há como esconder que são os explorados que morrem como moscas, que padecem das condições elementares de saúde pública, que têm de se aglomerar nos transportes públicos, que estão obrigados a ganhar o pão de cada dia, que, inevitavelmente, são os mais expostos à contaminação, e que vivem em precários bairros populares e insalubres favelas. Não há como esconder que são os que sofrem com o desemprego, subemprego, informalidade; que mal conseguem pagar as contas, e que estão sujeitos à fome. A burguesia e seus governantes têm interesses irrevogáveis, e tudo fazem para apagar as contradições e as diferenças. É próprio de sua condição de classe dominante. Tudo fazem para obscurecer aos olhos dos oprimidos a sua incapacidade de responder à pandemia com os fartos meios disponíveis pelo capitalismo, e de proteger de fato os seus escravos modernos. Criminosa e execrável são as condutas da burocracia sindical e dos partidos, que se reivindicam do socialismo, que auxiliam a burguesia e seus governantes a eliminarem as diferenças e contradições, as quais emergem em meio ao fenômeno natural da pandemia;

5. A renúncia da burocracia sindical em responder à pandemia com um programa, com o método da luta de classes, e com a organização independente deixou nas mãos da burguesia e dos governantes todas as iniciativas. A classe operária e demais explorados, assim, não puderam compreender a divisão entre o governo federal e os governos estaduais. Tiveram de seguir uma ou outra variante da política burguesa. Não tiveram como reagir com suas próprias forças às travas impostas pelo presidente Bolsonaro ao isolamento social e à corrida pela vacina, sobretudo. E também às limitações e consequências sociais da aplicação do isolamento social pelos governadores e prefeitos. Era fundamental elevar a consciência política dos trabalhadores sobre a impossibilidade do poder econômico arcar com um planejado e rigoroso isolamento em todo o país. A ilusão de que o isolamento social parcial, limitado e discricionário, poderia conter o avanço da contaminação serviu para empurrar a classe operária à profunda passividade, quando deveria seguir o caminho da mobilização. O alinhamento dos partidos reformistas e das direções sindicais por trás dos governadores, tendo à frente João Doria, dando a entender aos explorados que essa era a via para derrotar Bolsonaro, alienou as massas trabalhadoras e paralisou suas organizações;
6. A política de colaboração de classes em torno à política burguesa do isolamento social se desdobrou em apoio, direto ou indireto, às medidas de redução salarial, suspensão de contratos e eliminação de direitos. Desdobrou-se no consentimento às demissões em massa, fechamento de fábricas e negócios. E, consequentemente, na perda de qualquer iniciativa dos explorados diante da escalada da fome. É preciso ainda indicar que os reformistas e burocratas sindicais impediram que as organizações operárias e populares saíssem imediatamente em luta pela vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis. Eis por que a maioria oprimida, atingida pela contaminação,

não teve como compreender que a vacina se tornou uma arma na guerra comercial, chefiada pelas potências e pelos monopólios farmacêuticos. O imperialismo e os governantes mentem descaradamente, que a morosidade na vacinação se deve à limitada capacidade de produção. Somente as massas organizadas e mobilizadas poderiam e podem arrancar a máscara dos monopólios, e lutar por soluções que quebrem o poder dos monopólios e das potências. A pandemia colocou para o proletariado, tanto a luta contra a burguesia nacional, quanto a imperialista. Essa era a condição estratégica para as massas se armarem no campo de sua própria defesa;

7. O conteúdo da política de colaboração de classes da burocracia sindical tem como essência subordinar o proletariado e a maioria oprimida a uma das variantes da política burguesa e bloquear a ação direta das massas. A forma da colaboração de classes na pandemia foi e é a de subordinar os explorados à política burguesa do isolamento social e ao plano de emergência de Bolsonaro e do Congresso Nacional. O que implicou o desarmamento ideológico, político e organizativo dos trabalhadores. É nessa situação que a pandemia, no início do ano, retomou sua marcha ascendente. O fracasso da política burguesa do isolamento social, a projeção do desemprego, e a potenciação da fome, permitiram a Bolsonaro manter-se firme na diretriz contrária à dos governadores. O seu principal argumento contra o lockdown é que o isolamento social, praticado pelos governadores, não conseguiu cumprir o seu objetivo de estancar a pandemia e, ainda por cima, resultou em desemprego e aumento da fome. Em sua defesa, por mais absurda que seja, Bolsonaro alerta a burguesia para o perigo de um levante social. Doria e seus aliados, por sua vez, responsabilizam Bolsonaro, pelo fato de não ter coordenado uma resposta nacional, que daria maior eficácia ao isolamento social e à compra de vacinas. Sob esse fogo cruzado, os explorados continuam sofrendo milhares de baixas diariamente, demissões, rebaixamento salarial, e a explosão do custo de vida. Continua vigente a tarefa de rearmar ideológico, política e organizativamente a classe operária. A defesa de um plano próprio de emergência dos explorados permanece na ordem do dia. É parte desse enfrentamento com a burguesia, a luta da vanguarda com consciência de classe para libertar as organizações operárias e populares da política de conciliação de classes dos partidos reformistas e da burocracia sindical;
8. No momento, a pressão do grande capital sobre o governo federal se centra na tese de que a vacinação massiva é a condição para superar a derrocada econômica e recolocar o país no curso do crescimento. O Congresso Nacional, inclusive, deu um primeiro passo para liberar a compra da vacina pela iniciativa privada. Está em andamento uma grande negociata em torno à vacina. No entanto, a previsão é de que a pandemia continuará em sua escalada de mortes, por um bom tempo. Não haverá uma retomada do crescimento capaz de repor significativamente parte das forças produtivas destruídas e, portanto, da força de trabalho. O refluxo imposto às massas e a política de colaboração de classes continuam como pano de fundo para a burguesia ir administrando a crise política, que se agrava, passo a passo, com a desintegração do governo militarista de Bolsonaro. A destituição do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e dos três comandantes das Forças Armadas, é o mais significativo sintoma dos impasses do governo Bolsonaro. Essa ruptura no interior do núcleo militar do governo reflete o afastamento de setores do grande capital, que já não vê possi-

bilidade de estabelecer um pacto de unidade. A mais recente decisão do ministro do STF, Luís Roberto Barroso, de obrigar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a instalar uma CPI da Covid-19, dá sequência ao encadeamento dos choques em torno à pandemia. É mais uma prova das dificuldades de Bolsonaro, de reaproximar os poderosos grupos econômicos, que passaram a apoiar francamente a posição do governador Doria;

9. A maior probabilidade é de que o processo de desintegração econômica do país e o agravamento das condições de existência da maioria oprimida não serão amenizados no próximo período. A dívida pública, que parecia ter sido equacionada com a reforma da Previdência, volta a ser o calcanhar de Aquiles da política econômica de Bolsonaro. Acuado pelas pressões da oposição e de setores do grande capital, Bolsonaro realiza um grande leilão de aeroportos, e agiliza a privatização de refinarias, controladas pela Petrobras. Dá mostras ao capital imperialista de que não pretende ostentar nenhum tipo de nacionalismo militar. A mudança de governo nos Estados Unidos impôs uma adaptação à forma de alinhamento com o imperialismo norte-americano. A retomada da ofensiva privatizante é a forma como Bolsonaro procura convencer o grande capital, de que seu governo é ainda a melhor das opções. É visível que a burguesia e seus governos continuarão a se utilizar da política econômica para descarregar a crise sobre a maioria oprimida. Esse é o denominador que une Bolsonaro e os governadores da oposição. O proletariado, submetido à política de conciliação de classes, não tem como travar a luta anti-imperialista como parte de um programa próprio de emergência. Não tendo iniciativa política, os trabalhadores continuarão à mercê da guerra comercial em torno às vacinas e às novas medidas antinacionais e antipopulares;
10. A burguesia, por meio do grande capital, se viu na contingência de agir sobre o governo e o Congresso para estancar os choques federativos, que atingem a centralização do Estado Nacional. A autonomia com que os governadores desenvolveram respostas à crise sanitária, em contraposição à diretriz do governo federal, é incompatível com a necessária centralização autoritária do país. As derrotas de Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF) não puderam ser revertidas por uma imposição ditatorial do governo militarista. O alinhamento do STF com a política do isolamento social dos governadores possibilitou a constituição informal de um governo paralelo ao do governo central. O país se viu diante de duas diretrizes conflitantes, embora assentadas inteiramente nos interesses gerais da burguesia interna e do imperialismo. Por mais que Bolsonaro e seu núcleo militar palaciano tenham pressionado – inclusive com ameaças golpistas – as instituições do Estado, para subordinar os governadores de oposição, e assim restabelecer a centralização, a crise federativa continuou se agravando. A dimensão que foi tomando a pandemia golpeou constantemente a resistência de Bolsonaro às medidas recomendadas pelos organismos internacionais do imperialismo, como OMS, FMI, etc., e potencializou a política dos governadores. De maneira que o governo federal não teve como recuperar a iniciativa política, e a capacidade de centralização das unidades federativas. Esse embate foi decidido em favor dos governadores, no momento em que a segunda onda da pandemia colocou o número de mortos no patamar mais alto, como o de agora. O grande capital, que esteve com o governo durante um período da pandemia, se deslocou abertamente para o campo de Doria. Bolsonaro continuou com o apoio de setores do pequeno

e médio empresariado, que se ressentiram do vai e vem do isolamento social. A queda de três ministros da Saúde indicou o processo de quebra da centralização. Ocorre que a ação paralela dos governadores continuou a depender do governo central, que tem a chave do Tesouro Nacional, e que não perdeu o controle do Congresso. Os enfrentamentos no terreno da pandemia não puderam ser resolvidos, e dificilmente os choques se abrandarão, com a recente “disposição” do governo federal de suspender as travas da vacinação. Voltamos à essência do problema. A classe operária desorganizada, atomizada e temerosa não tem podido aproveitar as divisões interburguesas, para se fortalecer no campo da independência de classe;

11. A falência do governo Bolsonaro, diante da pandemia, e a sua responsabilidade quanto à crise federativa, encerram o período que vai do golpe institucional de 2016, passa pela ditadura civil de Temer, e conclui com a eleição de Bolsonaro. A grande frente burguesa que se armou contra o PT se foi dissolvendo, na medida em que o governo de Bolsonaro se mostrava incapaz de impor a centralização autoritária de tipo bonapartista. A queda de popularidade eleitoral dos partidos que encabeçaram a frente golpista, que derrubou o governo de Dilma Rousseff, abriu caminho para a ascensão imprevista de Bolsonaro, ao mesmo tempo em que o PT, com Lula na prisão, disputou o segundo turno, mantendo-se assim como a principal força política opositora. O desmoronamento prematuro do governo Bolsonaro, e a instalação da crise federativa soterraram a Operação Lava Jato, que esteve na base do movimento golpista. As recentes decisões, como as do ministro Edson Fachin, de anular o processo que levou Lula ao cárcere, e do plenário do STF, de considerar o juiz Sérgio Moro parcial, refletiram as poderosas tendências da crise, que põem em choque as instituições do Estado;
12. A reabilitação de Lula coloca o PT como o principal adversário eleitoral de Bolsonaro. Resta aos principais partidos orgânicos da burguesia – PSDB, MDB e DEM – desbancarem Bolsonaro, e levarem as massas a decidir entre uma frente montada pelo PT, e outra pelos partidos que promoveram o golpe. As mãos em torno às alianças no campo denominado anti-bolsonarista objetivam canalizar as massas, golpeadas pela pandemia, a se colocarem por detrás das candidaturas opositoras. E Bolsonaro trabalha com a possibilidade de constituir uma aliança com os partidos que no Congresso servem de base de sua sustentação, contando com o arrefecimento da pandemia, e a reanimação da economia. Essa movimentação, no campo eleitoral da burguesia, se contrapõe à tarefa classista de recuperar as forças sociais do movimento operário e popular. A experiência confirma que as ilusões democráticas das massas são um poderoso instrumento da burguesia, para desviar e conter a luta de classes. Quanto mais a maioria oprimida se mantém presa a tais ilusões, mais permanece distante da estratégia própria de poder do proletariado. A luta pela independência de classe dos explorados, e por um programa próprio de emergência, diante da pandemia, se choca com a estratégia eleitoral de substituir um governo burguês por outro;
13. O programa que emerge das condições objetivas permite e exige desenvolver as reivindicações mais elementares, sob a estratégia e a tática revolucionárias. As reivindicações respondem, ao mesmo tempo, à incapacidade da burguesia de controlar a pandemia e proteger os explorados, e às suas consequências econômicas e sociais. Não há como separar – como fazem os reformistas e a burocracia sindical – as bandeiras voltadas à



defesa das massas diante da pandemia, daquelas que respondem ao fechamento de fábricas, demissões, redução salarial, destruição de direitos, alta do custo de vida e flagelo da fome. Nisso consiste o programa emergencial próprio dos trabalhadores. Há tarefas que dependem da luta organizada da maioria oprimida pelas reivindicações imediatas, emergenciais, sem as quais não há como romper os limites econômicos da burguesia, frente à catástrofe mundial e nacional. Trata-se do programa de expropriação do grande capital, da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e da estratégia de combate por um governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado;

14. O programa emergencial é o ponto de partida para erguer as massas contra a burguesia. Eis: a) Vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis; b) plano de vacinação, sob a vigilância operária e popular; c) quebra das patentes das vacinas e remédios; d) intervenção do Estado no sistema privado de saúde, nas indústrias de fabricação de oxigênio e de remédios; e) controle do SUS, do Instituto Butantan, da Fiocruz e da indústria químico-farmacêutica pela classe operária; f) controle das medidas de isolamento social pelas organizações operárias e populares, para que não haja demissões, redução salarial e perdas de direitos; g) auxílio emergencial no valor de um salário, calculado pelas assembleias, de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora; h) reabertura das fábricas fechadas, por meio da estatização sem indenização e controle operário da produção; i) readmissão de todos os que foram demitidos durante a pandemia; j) plano de obras públicas, voltado a criar milhões de empregos. Outras reivindicações emergenciais podem ser levantadas nas assembleias e no movimento. A luta em defesa das condições de existência da maioria oprimida, diante do avanço da barbárie capitalista, confronta o poder econômico e político da burguesia. Os exploradores não podem ceder um milímetro às necessidades dos explorados, uma vez que o capitalismo se encontra na etapa histórica de desintegração. A posição reformista, diante da urgência de proteção às massas, deve ser combatida. Não tem como encarnar um movimento dirigido pelo proletariado em favor de seu programa emergencial;
15. O fundamento da luta contra a barbárie se encontra no programa da tomada do poder e expropriação da burguesia. Na

situação, está plenamente colocada a tarefa de expropriar os monopólios farmacêuticos e estatizar o sistema privado de saúde. Essas medidas revolucionárias estão na base do programa emergencial. A bandeira de cancelamento da dívida pública faz parte da tarefa de reunir e centralizar todos os recursos econômicos e científicos, para vencer a pandemia, proteger as massas e estancar a derrocada econômica. Enquanto os monopólios e o capital financeiro continuarem decidindo sobre as respostas dos governos, os seus interesses materiais continuarão prevalecendo sobre as necessidades das massas, portanto, sobre o programa de emergência dos explorados. Não temos dúvida de que, mais tarde do que cedo, a burguesia e seus agentes acabarão por controlar relativamente a pandemia, como já o fez em outros graves momentos da história. Isso depois dos explorados terem sido sacrificados, à custa da manutenção dos interesses do capital mundial e nacional. Está claro que a burguesia e seus agentes no movimento operário têm conseguido sufocar os instintos de revolta do proletariado e demais trabalhadores. Mas, é questão de tempo, para que a luta de classes se restabeleça e se coloque num patamar superior, ao período anterior à pandemia. Embora prevaleça a política de colaboração de classes e a paralisia continue inutilizando os sindicatos, é necessário lutar pela constituição de uma frente única, que tenha por norte o programa emergencial. É necessário, também, manter no alto as bandeiras anti-imperialistas. Não há outro caminho para pôr às claras as traições da burocracia sindical, a não ser a defesa do programa emergencial, o método da ação direta, a organização independente e a tática frentista.

16. Chamamos a vanguarda com consciência de classe e as correntes que se reivindicam da revolução social a discutir essa resolução. A partir de seus pontos fundamentais, iniciar imediatamente uma campanha contra a política de conciliação de classes e em defesa do programa de emergência. Deixamos claro que o Partido Operário Revolucionário se empenha em superar a crise de direção, que comparece como o mais importante obstáculo para o proletariado responder com seu programa e política própria à desintegração do capitalismo e à barbárie social. Somente a revolução proletária, que expropriará a burguesia e transformará da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, dará lugar a medidas para superar o flagelo, que atinge as massas mundialmente.

## Resolução do Comitê Central sobre a situação política mundial

1. A crise estrutural capitalista deu um salto à frente com a explosão da pandemia. A permanência das tendências recessivas demonstra o caráter estrutural da crise capitalista, marcada pela superprodução, que impulsiona a sua decomposição histórica. A concentração de capital financeiro, industrial e comercial, sob a forma da grande propriedade privada monopolista, se manifesta na atual situação, não apenas como um motor da queda do crescimento, estagnação e paralisia das atividades produtivas. Mas, fundamentalmente, como a mais poderosa trava à defesa das massas diante do contágio e das mortes pelo Covid-19. A contradição entre os avançados recursos técnicos, médicos, científicos e humanos – concentrados e monopolizados por um punhado de empresas imperialistas – e a mortandade e miséria espalhada pela pandemia, em meio à esmagadora maioria assalariada, pobre e miserável, indica que a solução sanitária tem por principal trava a sociedade dividida em classes antagônicas. A pande-

mia expôs a anarquia da produção capitalista, da qual resulta impossível conciliar as necessidades das massas com os interesses dos monopólios. Expôs, portanto, a completa falência dos organismos internacionais, para reunir os governos, sob um plano comum de ação, para estancar os contágios e a mortandade. De forma que os oprimidos continuaram a pagar, com milhares de mortes diárias, e com a destruição de suas condições de existência, para o capitalismo continuar sobrevivendo. Essa é tendência geral da situação mundial, que o proletariado e a sua vanguarda revolucionária devem responder.

2. A lentidão no processo de vacinação ergue-se como um fator adicional de agravamento das tendências desagregadoras, ao atrasar a abertura irrestrita da produção, serviços e comércio. Apenas nos EUA e Inglaterra, verifica-se um avanço na vacinação; enquanto na França, Alemanha, Itália e Japão acha-se praticamente estancada. Nas semicolônias, as vacinas são es-

cassas, e esmagadora a maioria terá de continuar a enfrentar os contágios e mortes durante 2021. A guerra da vacina expôs a condição de párias das semicolônias. Eis por que, com destaque para o Brasil, passaram a ser o epicentro mundial da pandemia. Ocorre que são os monopólios que continuam a ditar o ritmo, a oferta e distribuição de vacinas. É a camisa de força da grande propriedade privada dos meios de produção, e os entraves das fronteiras nacionais, que impedem aplicar a avançada técnica medicamentosa, visando a preservar a vida e condições físicas das massas. Está claro que não há como frear os estragos sanitários sobre a população oprimida, sem utilizar os recursos técnicos, científicos e humanos existentes, de forma racional e centralizada, em benefício das mais amplas massas oprimidas. O que exige dar um salto político na luta pelo programa de expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção, solução revolucionária que condiciona a resposta política da classe operária na situação de decomposição do capitalismo.

3. A “guerra das vacinas” vem truncando a recuperação econômica, e agravando as tragédias da pandemia sobre as massas pobres e miseráveis. Trata-se de uma das manifestações da guerra comercial, travada entre as potências e monopólios imperialistas. Objetivam garantir a lucratividade, aproveitando do monopólio sobre a investigação, produção e comercialização de vacinas. E aproveitam da brutal concorrência dos governos nacionais por acederem aos estoques acumulados nas potências. O que acaba por retardar a retomada de amplos setores da economia, e por aprofundar a permanência das tendências de estagnação e paralisia da produção. A “guerra das vacinas” chegou ao ponto de constituir um meio para fazer e desfazer alianças políticas, econômicas e militares. A China se tornou a maior fornecedora de vacinas na Ásia. O governo Biden reuniu o denominado “Quad” - grupo de países que envolve Estados Unidos, Índia, Japão e Austrália - para montar uma contraofensiva à influência chinesa. Ofereceu 1 bilhão de doses da Johnson&Johnson aos países asiáticos, com a condição de que rompam seus acordos com a China, para a produção de vacinas em seus próprios países. É parte dessas medidas, abortar as tentativas de governos europeus de recorrerem à compra da vacina da Rússia. A decisão de retomarem o isolamento social mais restritivo indica que sequer os governos de algumas das regiões mais desenvolvidas, do ponto de vista capitalista, a exemplo da Europa, têm como fugir da barbárie social, que decorre da permanência da camisa de força da propriedade privada monopolista.
4. Em meio a esse estarecedor quadro, se avolumam as perdas no PIB mundial, criando condições para que avancem o parasitismo e a destruição de forças produtivas em larga escala. A dívida mundial (de aproximadamente US\$ 280 trilhões), em média, alcança cerca de 365% do que se produz em um ano, em todo o mundo. As potências imperialistas arcam com uma dívida que corresponde a 435% do PIB. Os países semicoloniais, entretanto, a 250%. A burguesia procura equacionar tais tendências, exigindo a intervenção dos Estados na economia. A efetividade dessas medidas, todavia, deverá ser confirmada na produção e na extração de maior massa de mais-valia. Porém, não é possível dar um salto na composição orgânica do capital e nos investimentos na produção social, porque prevalece a lei tendencial à queda da taxa média dos lucros e à crise de superprodução. O que explica porque, ainda que a injeção de trilhões de dólares na economia mundial amenize

suas tendências recessivas, sem sua contrapartida em uma reprodução de valores na produção social em escala superior ao período anterior, resultará em novo endividamento e crescimento exponencial do parasitismo financeiro, alavancando, portanto, uma maior destruição de forças produtivas.

5. É nesse quadro convulsivo que se insere o violento contraste entre retrocesso histórico dos Estados Unidos e a ascensão da China. O extraordinário desenvolvimento da China resultou da restauração capitalista e da exploração de sua gigantesca massa de força de trabalho barata pelos monopólios, em especial norte-americanos. Conseguiu-se, por essa via, equacionar conjunturalmente a lei tendencial de queda da taxa dos lucros monopolistas, que vinha manifestando-se desde a crise da década de 1970. Mas, sua maior integração ao mercado mundial, dominado pelos monopólios e o capital financeiro, trouxe também para o interior de sua economia estatizada as contradições sociais e políticas da desagregação capitalista. Segundo previsões, em 2028, a China passará à maior economia do mundo. Sua participação no PIB mundial continuou a crescer, enquanto a dos Estados Unidos, a cair (20% e 15%, respectivamente). A China também ultrapassou os EUA em capacidade industrial: nos últimos anos, respondia por 28% da produção industrial mundial, enquanto a dos EUA – aproximadamente 21% do total mundial – foi 3,6% menor que 2019 (5% abaixo da média de 1972-2019). Essas mudanças econômicas e históricas se manifestam no quadro da crise pandêmica, com a China sendo a única nação a crescer, superando, assim, os Estados Unidos como principal destino dos investimentos estrangeiros. O avanço da China e o retrocesso dos EUA no campo das relações comerciais e econômicas são parte interligadas de um mesmo problema, que faz com que os seus conflitos tendam a ganhar maiores proporções.
6. A guerra comercial sino-estadunidense tende a assumir a forma das tendências bélicas, refletindo o esgotamento da partilha do mundo e do processo restauracionista do capitalismo nos países que expropriaram a burguesia. Isso explica por que o governo Biden vem assumindo o plano nacional-imperialista de guerra comercial e armamentismo traçados por Trump, potenciando os conflitos mundiais, que se agravaram no pós-guerra. Os EUA visam, particularmente, a subordinar o crescimento econômico da China ao seu expansionismo diante dos mercados, que se estreitam com a crise de superprodução. É o que se depreende do documento de Segurança Nacional do Pentágono, publicado em março de 2021, que objetiva preparar as Forças Armadas dos EUA “para prevalecer na competição estratégica com a China, ou qualquer outra nação”. Por sua vez, foi aprovado, na Assembleia Popular da China, em março de 2021, o Plano Quinquenal até 2035, apresentado pelo governo chinês que, dentre outros pontos, estabelece um plano armamentista, que permita ao país manter uma guerra prolongada contra “ameaças externas”. Com as devidas particularidades, o mesmo fenômeno se observa na relação dos Estados Unidos com a Rússia pelo controle dos mercados, recursos e territórios do Leste Europeu e Oriente Médio. São sintomáticas as pressões de Biden, dando continuidade às de Trump, sobre a Alemanha, para que não permita à Rússia se valer do gasoduto que ligará os dois países. O que coloca os Estados Unidos como principal motor propulsor da guerra comercial, dos conflitos mundiais e das tendências bélicas presentes nas regiões da Ásia, Oriente Médio e Europa.

7. Desde a eclosão da crise sanitária, o Mercado Comum Europeu vem sendo cenário de retrocesso nos lucros industriais e nas exportações, desde que explodiu a crise em 2008. A Europa se arrasta, à beira da estagnação, com oscilações para a recessão. Caíram os lucros industriais, os investimentos e a produtividade da força de trabalho. Cresceram, por outro lado, os endividamentos dos Estados, as ameaças de quebras industriais e financeiras, assim como a destruição das forças produtivas continentais. A guerra comercial, travada por Trump contra as exportações da UE, afetaram ainda mais o debilitado organismo econômico europeu. A eleição de Biden foi recebida como uma das vias para reatar os laços econômicos e políticos, que ajudassem a dismantlar as barreiras alfandegárias que debilitavam a economia europeia. Foi nesse quadro que estourou a pandemia, arrastando para o fundo do poço as pretensões de uma rápida recuperação. Chegou-se, assim, ao ponto de que a unidade monetária – marco regulatório comum sobre os intercâmbios comerciais e o controle sobre as “dívidas soberanas” – passou, de instrumento de estabilização e exploração intensiva dos mercados continentais, a de desagregação dos laços políticos, sociais e econômicos do Mercado Comum Europeu. Inúmeros países avaliam se não chegou a hora de seguir a Inglaterra na ruptura com o bloco europeu. Se ainda não avançam por essa mesma trilha, deve-se à ameaça da desagregação econômica e convulsões sociais.
8. A saída da Inglaterra da União Europeia (UE) se deu quando as tendências recessivas mundiais vinham ganhando força no continente europeu. O governo do Reino Unido almejava que a ruptura fosse compensada por um maior estreitamento dos laços com os Estados Unidos, recuperando o terreno perdido nas exportações mundiais. O contrário se passou. Suas exportações para a União Europeia (excluindo ouro e outros metais preciosos) caíram 40,7%. Enquanto as importações pelo bloco do Reino Unido caíram 29% - número nunca visto antes. Bastam esses dados para demonstrar que a combinação da crise sanitária e econômica alavanca a estagnação da Europa, ampliando os conflitos entre os Estados. A declaração da Inglaterra, de que voltará a produzir bombas nucleares e aumentará suas capacidades de defesa, faz parte de uma mesma tendência, que vem ganhando fôlego por toda Europa, no momento em que se abre passagem às tendências intervencionistas nos países do Leste Europeu, que se resentem dos efeitos devastadores da restauração capitalista. Armamentismo e intervencionismo expressam o objetivo de expandir o domínio monopolista sobre países e regiões, que ainda permanecem sob a influência da Rússia. Biden se colocou na mesma trilha, quando afirmou que apoiará o governo ucraniano, em seu objetivo de reunificar a região autônoma de Donbas e da península da Crimeia, hoje sob controle russo. É dentro desse quadro, todavia, que se inscreve o boicote dos Estados Unidos ao gasoduto russo NordStream, que liga a produção russa de gás à Europa. O imperialismo europeu vem obstaculizando a construção do gasoduto, e aceitando a imposição dos EUA, de que é melhor comprar petróleo e gás de suas jazidas de xisto ou de seus vassalos no Oriente Médio. Essa renúncia dos países europeus a aumentarem a integração energética da Europa e, portanto, criar condições para destravar a estagnação econômica, resulta em uma vitória dos EUA, em seu objetivo de impedir que a Rússia consiga romper o isolamento da Europa Ocidental. Nota-se que é o

- imperialismo norte-americano que dita, em última instância, os rumos do Continente, e determina qual a participação dos países na estratégia de afogar a Rússia, e ampliar o cerco e intervencionismo militar sobre suas fronteiras nacionais.
9. O acima descrito explica por que são os Estados Unidos a principal potência imperialista que dita o curso, extensão e condições para a resolução dos conflitos mundiais, das guerras civis internacionalizadas e do intervencionismo militar. Insuflando os conflitos étnicos e nacionais, opondo um país e governos contra outros, e recorrendo a seu domínio do mercado mundial, vêm impondo seus interesses estratégicos. Por trás dessas movimentações, arrastam-se as burguesias imperialistas europeias e japonesa, que, embora contando com interesses próprios, são incapazes de impô-los aos Estados Unidos e, assim, preferem acompanhá-los em cada disputa, aventura, guerra ou intervenção, exigindo sua parte na exploração dos territórios e mercados conquistados e colonizados. O que exige travar uma luta permanente, para submeter ou derrocar os regimes e governos que constituem entraves ao expansionismo dos monopólios. É dentro desse quadro que se digladiam as burguesias semicoloniais, que servem de peças-chaves às manobras das potências em disputa.
10. Os países da América Latina foram arrastados pelo furacão da decomposição capitalista. A região afunda na recessão, as economias despencaram, e as forças produtivas regionais foram dilaceradas. O PIB regional contraiu 5,3%, em 2020, e mantém sua tendência de queda em 2021, atingindo 7%, se a crise sanitária permanecer. As tendências desagregadoras, nas condições da pandemia, atingiram todos os setores, a indústria, o comércio, os serviços, o turismo e as empresas públicas. Esses setores reúnem 64% do emprego formal na região. Golpearam mais duramente as “atividades informais”, que abrangem 53% da força de trabalho ativa. 41 milhões de assalariados perderam seu emprego, durante o ano de 2020, a redução da média salarial ultrapassou 7,5% da População Economicamente Ativa (PEA), enquanto a produtividade despencou mais de 7% - equivalente a 230 milhões de empregos com jornada de 40 horas. Desde a explosão da pandemia, a extrema pobreza deu um salto à frente, atingindo, de 24,7% da população, a 30,3%: um aumento de 16 milhões de pessoas, chegando ao total de 83,4 milhões, no início de 2021. As pessoas em situação de miséria passaram, por sua vez, de 3,9%, a 4,4%: 4,7 milhões a mais, atingindo 28,6 milhões, e poderia chegar, até fins de 2021, a 57 milhões. Tudo indica que esse quadro estorrecedor permanecerá, e a força de trabalho continuará sofrendo a barbárie social, produto da derrocada capitalista.
11. As leis de desenvolvimento desigual e combinado, condicionadas pelo lugar que ocupam as economias latino-americanas na divisão social do trabalho, expuseram as condições do atraso e a interdependência da região das movimentações do capital financeiro e dos monopólios imperialistas. A destruição de forças produtivas (precarização e terceirização, redução de salários, desemprego, fechamentos de fábricas, etc.), e o agravamento das convulsões políticas e sociais, demonstram que os governos não têm como responder às crises econômicas e sanitária, a não ser destruindo empregos, avançando a flexibilização capitalista do trabalho, desnacionalizando suas economias, ampliando as restrições sanitárias, impondo toques de recolher, militarizando a quarentena, e restringindo os direitos políticos e democráticos dos explora-



- dos e oprimidos. Com as devidas particularidades nacionais e os diferentes ritmos de desenvolvimento, o exposto explica por que o cenário da América Latina é o de agravamento das crises políticas, de luta de massas, e de violentas convulsões sociais.
12. É no quadro de desagregação econômica, política e social que se fortalecem as tendências fascistas da burguesia mundial, os Estados policiais e a restrição das liberdades políticas e democráticas. Na França, foi aprovada a “Lei de Segurança Global”, e na Inglaterra, a “nova lei de segurança nacional”, que agravam os métodos repressivos e terroristas dos Estados contra as minorias (étnicas, religiosas, nacionais) e as lutas operárias e populares. Trata-se, porém, de uma tendência presente em todos os países, que visa a reforçar os instrumentos repressivos, modificar os sistemas jurídicos, ampliar os poderes das polícias e arregimentar ditatorialmente os protestos e greves. É o que se observa na Índia, Mianmar, Indonésia, Chile, Brasil, Argentina, El Salvador, México, e em todas as nações do mundo. A época das contrarreformas e do brutal retrocesso das forças produtivas impulsiona o estrangulamento dos fundamentos da democracia burguesa, e atingem a governabilidade, projetando a centralização autoritária. A militarização das relações políticas e sociais municiam os estados com métodos e meios capazes de esmagar a resistência das massas. A decomposição da democracia burguesa arrasta para o precipício a política de conciliação de classes, empurrando as burocracias a afogar a democracia sindical, e dissolver as organizações de massas, impedindo os explorados de se manifestarem coletivamente.
13. As massas entraram na pandemia estilhaçadas, desorganizadas e dissolvidas como força social coletiva. A campanha ideológica da burguesia, de que era melhor perder direitos, salários e empregos, mas não a vida, impôs uma profunda paralisia, que veio a se combinar com as traições da burocracia sindical, para impor a mais violenta e profunda destruição dos direitos, empregos e salários dos explorados, no pós-Segunda Guerra. Certamente, a principal responsabilidade da catástrofe que se abate sobre as massas recai sobre as burocracias sindicais, que trancaram as organizações de massas sob sete chaves, impedindo que os explorados respondessem à ofensiva burguesa, com seu próprio programa, que recorressem aos métodos da democracia direta e à ação coletiva de massas. É um marco dessas traições fazer crer às massas que as mesmas forças econômicas que impunham um isolamento parcial, sem garantir as condições mínimas de sua existência, e que condenava parte delas a se contagiarem nos transportes e locais de trabalho, para continuar com os lucros monopolistas, iriam protegê-las da catástrofe sanitária. Continuam traindo agora, ao paralisar a força social e coletiva das massas, quando a situação coloca a retomada das lutas para impor, com a luta de classes, a garantia da vacinação universal das massas, a começar pelas camadas pobres e miseráveis. A esquerda revisionista do marxismo-leninismo-trotskismo, quase sem exceção, foi arrastada por trás das direções venais e traidoras e da política burguesa de isolamento social. O abandono da ação coletiva e da organização democrática das massas, nos sindicatos e movimentos que controlam ou dirigem, acabou desorganizando amplos setores da vanguarda, dissolvendo a força coletiva das massas, e entregando-as, atadas de pés e mãos, aos seus algozes.

14. Os explorados vêm sendo obrigados a retomar os combates contra os governos e as burguesias. É o que se manifestou com a insurgência dos levantes operários e populares de 2020. Destacaram-se especialmente a luta dos operários e camponeses indianos; o movimento grevista massivo dos operários da Indonésia; a luta e as greves de operários na França, Espanha, Colômbia, Brasil, Bolívia e, recentemente, as insurreições das massas em Mianmar contra a ditadura militar. Ainda que em parte desses países tenham sido lutas parciais e localizadas, como a dos metalúrgicos da Renault, da Ford e da LG, no Brasil, indicaram as necessidades gerais dos explorados de se defenderem diante da catástrofe. Em outros países, como a Índia, os combates contaram com a presença organizada das nacionalidades, etnias, minorias religiosas, camponeses, e juventude oprimida e, cada vez mais, de amplos e massivos destacamentos da classe operária, erguendo instintivamente seus próprios interesses de classe. O marco das manifestações em plena pandemia foram os protestos nos Estados Unidos, em resposta à opressão sobre a população negra. Em todos esses casos, o essencial reside em que mostraram que é imperativo para os explorados romperem com a política burguesa de isolamento social, e recorrerem à luta de classes. Demonstraram, ainda, que as lutas e levantes, apesar dos diferentes motivos, objetivos e composição social, assentam-se nas condições objetivas e sociais comuns do capitalismo em desintegração e do recrudescimento da barbárie.
15. É nessas condições que se destaca a tarefa de recuperar as forças do movimento operário e popular, para superar o imobilismo e derrotar as traições da burocracia sindical. Favorecem-nas, a estreita ligação entre as reivindicações mais imediatas das massas com as tarefas estratégicas da revolução e ditadura proletárias. A expropriação dos monopólios aparece como condição necessária para superar a barbárie social e a inutilização dos organismos das massas. Ressalta, portanto, a importância de defender a política proletária no interior dos movimentos, sindicatos e organizações de massas. As condições objetivas são favoráveis para avançar a tarefa de consolidar uma fração revolucionária enraizada no seio do proletariado, e assim dar passos na tarefa de superar a crise de direção revolucionária. É necessário, contudo, considerar os obstáculos subjetivos, que mantêm os explorados submetidos à política de conciliação de classes das direções pró-capitalistas. Logo ficará mais claro o lugar das correntes que se reivindicam do socialismo, diante das respostas à crise e das manobras da burguesia. A vanguarda que se equivocou, mas que ainda mantém intactos os laços fundamentais com os interesses dos explorados, reconhecerá quem, de fato, aplicou o programa e desenvolveu as respostas proletárias. Quem desertou da luta de classes. Quem fingiu lutar. E quem se dedicou como soldado da revolução proletária. Ainda há um caminho a percorrer sob as condições ditadas pela pandemia. A luta nacional deve ficar cada vez mais clara de que é parte da luta mundial do proletariado. Somente tendo por guia o internacionalismo, foi e é possível atravessar esse período tão desfavorável aos explorados. É nessas difíceis condições que vanguarda marxista-leninista-trotskista deve aproveitar as experiências da luta em defesa das massas, para avançar na tarefa de superar a crise de direção. Um passo que se dê nesse combate no seio do proletariado se converte em um passo na reconstituição do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

## Regional Nordeste do POR faz formação sobre conjuntura internacional e homenagem aos 150 anos da Comuna de Paris

No dia 03 de abril, a Coordenação Regional Nordeste promoveu uma formação no Recife, sobre a conjuntura internacional. A atividade foi aberta pelos informes de um companheiro, que destacou a guerra comercial entre EUA e China como o ponto central da conjuntura, com desdobramentos na Guerra das Vacinas e conflitos bélicos na luta por posições, destacando a resistência ao golpe em Myanmar, o enclave imperialista de Taiwan, a Guerra Civil no Iêmen, e o esgotamento do chavismo na Venezuela. Destacou os primeiros passos do governo Biden, com o bombardeio da Síria e acirramento dos conflitos com Rússia e China. Destacou os planos de investimentos de Biden e, apesar do grande volume, sua incapacidade de frear a desintegração do capitalismo.

Posteriormente, foram divididos dois grupos, que leram e debateram a síntese do Relatório das teses e pontos sobre situação política mundial, apresentados e debatidos nas células do POR-Brasil. No debate, jovens militantes manifestaram grande interesse nas vias da restauração do capitalismo na China, e seu papel na conjuntura internacional. No debate, o percurso restauracionista da Rússia, com o estilhamento da burocracia soviética, foi diferenciado da China, onde a restauração é rigidamente centralizada de forma autoritária pelo Partido Comunista Chinês. Os impactos da guerra comercial sobre a vacinação no mundo expõem o poder dos países imperialistas e monopólios. A análise da situação nacional precisa se dar dentro desses marcos, para que a responsabilidade pelas mortes seja devidamente atribuída à burguesia, sobretudo sua fração imperialista-monopolista, o que coloca a necessidade de luta anti-imperialista e revolucionária. Para isso, é necessário superar a crise de direção.

Por fim, um camarada fez uma apresentação sobre os 150 anos da Comuna de Paris. E os presentes manifestaram um Viva à Comuna de Paris. Publicamos abaixo a exposição:

### Sobre os 150 anos da Comuna de Paris

A Comuna de Paris tem grande importância, por ter sido a primeira revolução proletária da história. Seus 72 dias de existência confirmaram a possibilidade história da classe operária e os demais explorados constituírem um governo próprio dos oprimidos, independente da burguesia. As lições da Comuna de Paris foram fundamentais para a vitória da Revolução Russa.

Até então, as últimas grandes revoluções tinham sido burguesas. A burguesia, na luta contra os restos do feudalismo, se colocava como representante de todos os oprimidos, chegando a armar a pequena burguesia e o proletariado para, no fim das contas, servirem aos interesses dos capitalistas. As grandes revoluções burguesas logo eram sucedidas por contrarrevoluções sangrentas, que tinham como objetivo desarmar as massas e o proletariado, em particular, consolidando assim o poder político da burguesia.

Esse foi o caso da revolução burguesa de fevereiro de 1848, na França, que tirou do poder a dinastia dos Orléans, e proclamou a Segunda República, deslocando temporariamente o

poder da aristocracia financeira para a fração burguesa industrial. Nesse processo, o proletariado armado, lutando ao lado da burguesia, já se destacava como classe, com suas próprias reivindicações, que não foram satisfeitas pelo novo governo. O proletariado então se lançou instintivamente na insurreição de junho de 1848, que foi violentamente massacrada pela contrarrevolução burguesa. A contrarrevolução terá seu desfecho em 1851, com o golpe de Estado de Luís Bonaparte, que enterrou a Segunda República, e restaurou do Império.

*(...) o proletariado armado, lutando ao lado da burguesia, já se destacava como classe, com suas próprias reivindicações, que não foram satisfeitas pelo novo governo. O proletariado então se lançou instintivamente na insurreição de junho de 1848, que foi violentamente massacrada pela contrarrevolução burguesa.*

O imperador Luís Bonaparte governou por cerca de 20 anos, como um árbitro do conflito entre as classes, sobre a base de um amplo desenvolvimento industrial, que lhe garantiu certa estabilidade. Ao mesmo tempo em que preservava os interesses da aristocracia financeira e da burguesia industrial, mantinha sob o controle a classe operária e demais oprimidos.

O Império se esgotará, com a investida de Luís Bonaparte contra a Alemanha, em 1870. A chamada Guerra Franco-Prussiana, caracterizada pela Primeira Internacional como uma guerra dinástica, resultará na vitória da Alemanha sobre a França. A prisão do Imperador deixará um vazio de poder, o que levará à proclamação da Terceira República, cuja função seria a de efetivar a capitulação da França ao exército alemão, e desarmar a classe operária de Paris. A tentativa do novo governo de Thiers, de desarmar a Guarda Nacional, composta basicamente de operários, precipitará uma insurreição proletária vitoriosa, em 18 de março, dando origem à Comuna de Paris.

O governo operário, imediatamente, realizou uma série de medidas, que dizem respeito às tarefas de uma revolução proletária com relação ao Estado, como a supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo armado, a eleição de conselheiros municipais e funcionários por sufrágio universal e com revogabilidade de mandato, a instituição de um salário operário a todos os funcionários e conselheiros da Comuna, inclusive os juizes, além do fim do poder do clero. Além disso, suprimiu o parlamentarismo, embora mantivesse as instituições representativas, que deveriam funcionar como corpo de trabalho executivo e legislativo ao mesmo tempo. E chegou a esboçar uma organização nacional, em que a Comuna seria a forma a ser adotada pelos municípios, e a partir das comunas seria eleita uma delegação nacional.

A Comuna apresentou duas grandes limitações. A primeira foi a de não ter sido capaz de promover uma ofensiva até a

cidade de Versalhes, onde havia se refugiado o governo burguês de Thiers. A segunda grande limitação foi a de não ter tomado o controle do Banco da França, que teria servido como um instrumento nas mãos da Comuna, para a centralização e planificação econômica. As limitações da Comuna se devem, principalmente, ao caráter pequeno-burguês de sua direção, compartilhada entre os blanquistas (maioria) e proudhonianos (minoria).

A partir das experiências das revoluções burguesas, Marx concluiu que a classe operária não poderia tomar a máquina de Estado burguesa, mas destruí-la. Restava saber pelo que substituir essa máquina. A Comuna de Paris respondeu a essa questão. Conforme as palavras de Marx, a Comuna foi “a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho”.

No livro “O Estado e a Revolução”, Lênin colocará que as medidas democráticas tomadas pela Comuna “servem ao mesmo tempo de ponte que conduz do capitalismo ao socialismo”, e “dizem respeito à reorganização estatal, puramente política da sociedade, mas só adquirem, naturalmente, todo o seu sentido e importância em ligação com a realização ou a preparação da ‘expropriação dos expropriadores’, isto é, com a transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social”. Isso significa que as reivindicações políticas realizadas pela Comuna, como a elegibilidade e revogabilidade a qualquer momento dos funcionários e representantes, e a redução dos seus vencimentos ao salário médio de um operário, só podem servir à luta do proletariado contra a burguesia se estiverem vinculadas com a estratégia revolucionária de destruição do Estado burguês e constituição da ditadura do proletariado.

## **Rio Grande do Norte**

# **Realizada a homenagem aos 150 anos da Comuna de Paris**

No dia 12 de abril, o POR realizou uma plenária, em homenagem aos comunardos que, em 1871, fizeram a primeira revolução proletária da história. A plenária ocorreu de forma presencial. A discussão se deu em torno à matéria do jornal Massas 632, intitulada “150 anos da Comuna de Paris”.

prio, distinto da república burguesa, que foi a Comuna de Paris.

O movimento era dirigido pelos blanquistas e proudhonianos, que não conseguiram direcionar a revolução até o restante país. O fato de não se ter organizado a ofensiva sobre Versalhes, contra Thiers e seus soldados, foi um dos principais erros,

rio, teria de destruí-la, e edificar seu próprio Estado.

A luta pela constituição de um governo operário foi grandiosa: todos os cargos administrativos e os conselheiros municipais foram eleitos por sufrágio universal, mandatos responsáveis e revogáveis a qualquer momento, todos recebendo um salário equivalente ao de um operário; o parlamentarismo foi suprimido e substituído por um corpo de trabalho, legislativo e executivo ao mesmo tempo.

Dessa grande experiência, os erros e acertos contribuíram intensamente para a sucesso da revolução Russa, organizada pelo Partido Bolchevique. A Comuna foi um laboratório vivo da teoria e prática revolucionária, que serviu de apoio para as obras de Marx, Lênin e Trotsky, e para todos os oprimidos na luta teórica e prática para derrotar a burguesia. Daí a importância da construção do Partido Operário Revolucionário, que tem como estratégia a revolução e ditadura proletárias.

Concluiu-se, reafirmando a importância do internacionalismo proletário, a reconstrução da IV internacional, que tem o papel de unir todos os proletários do mundo, sob o programa revolucionário para derrotar a burguesia e seu Estado.

Na segunda parte da plenária, houve avaliação de conjuntura e informes de atividades locais. A atividade foi finalizada com o Viva a Comuna de Paris, como a primeira revolução proletária, um viva à construção do Partido Operário Revolucionário e a IV Internacional.

---

***A experiência da Comuna de Paris foi uma grande lição para o proletariado do mundo todo. Ensinou que, para enfrentar a burguesia, o movimento precisa ser organizado, com um programa e um partido. Não se pode fazer uma revolução proletária pelo espontaneísmo das massas.***

---

O primeiro ponto da discussão se deu sobre a colocação de Marx, que dizia que era preciso preparar as massas para a revolução. O movimento durou 74 dias, ocorreu na cidade de Paris isolada do restante da França. As massas sofridas viram que a burguesia era incapaz de realizar suas tarefas democráticas. A cidade sofria da barbárie social do capitalismo: fome, miséria e desemprego.

Os operários insurretos tinham a experiência da revolução burguesa de 1848. Com a instalação da Segunda República burguesa em 1848, os proletários viram que os interesses da burguesia parisiense eram diferentes dos seus, e se rebelaram, porém, foram massacrados. Já em 1871, os operários, que eram a maioria da Guarda Nacional, dessa vez, resistiram à investida da burguesia de desarmá-los, fizeram a revolução e constituíram um governo pró-

que permitiu que a burguesia do país todo se voltasse contra os comunardos. O retorno do Thiers, com seu exército fortalecido, levou à sangrenta derrota do proletariado parisiense, que estava isolado.

A experiência da Comuna de Paris foi uma grande lição para o proletariado do mundo todo. Ensinou que, para enfrentar a burguesia, o movimento precisa ser organizado, com um programa e um partido. Não se pode fazer uma revolução proletária pelo espontaneísmo das massas.

A plataforma de ações realizadas pelos comunardos foi o esboço da futura revolução proletária, e a organização da transição do capitalismo ao socialismo, pois, ensinou que para derrotar a burguesia, o proletariado deve realizar a revolução proletária, que não há como modificar o sistema capitalista de forma pacífica, apoderar-se da máquina estatal burguesa já pronta, mas, ao contrá-



*Publicamos, para concluir nossa campanha dos 150 anos da Comuna de Paris, as duas últimas partes do capítulo III, do livro O Estado e a Revolução, de Lênin.*

## I 50 anos da Comuna de Paris

### 4. Organização da Unidade Nacional

Em um breve esboço de organização nacional, que a Comuna não teve tempo de desenvolver, determinou-se que a Comuna deveria ser (...) a forma política de todas as aldeias, mesmo as menores (...). A “delegação nacional de Paris” seria eleita pelas Comunas.

“(…) As funções, pouco numerosas, mas muito importantes, que ainda restariam para um governo central, não seriam suprimidas, como se disse erroneamente, mas, sim, preenchidas por agentes comunais e, ou seja, rigorosamente responsáveis (...)”.

“(…) A unidade nacional não seria destruída, mas, ao contrário, organizada, segundo o regime comunal; e tornar-se uma realidade pela destruição do poder estatal, que pretendia ser a encarnação dessa unidade, independente e situada acima da nação. Na realidade, esse poder estatal não passava de uma excrescência parasitária da nação (...). O problema era destruir os órgãos puramente repressivos do velho poder estatal, extrair as funções legítimas desse poder, que pretendia colocar-se por cima da sociedade, e restituí-las aos servidores responsáveis da sociedade”.

Até que ponto os oportunistas da socialdemocracia atual não compreenderam – ou, melhor dizendo, não quiseram compreender – essa demonstração de Marx, não há prova melhor do que o livro do renegado Bernstein, “Socialismo Teórico e Socialdemocracia Prática”, com que ele adquiriu uma celebridade do mesmo quilate que a de Eróstrato. Precisamente a propósito dessa passagem de Marx, escreve Bernstein que aí se encontra “a exposição de um programa que, em suas tendências políticas, se assemelha de modo notável ao federalismo de Proudhon (...)”. “Apesar de todos os demais pontos de diferença que separam Marx do “pequeno-burguês” Proudhon (Bernstein escreve “pequeno-burguês” entre aspas, por ironia) a maneira de ver de ambos, a esse respeito, é quase idêntica”. Sem dúvida, continua Bernstein, a importância das municipalidades aumenta, mas “parece-me duvidoso que o primeiro objetivo da democracia seja a dissolução (Auflosung) dos Estados modernos e uma transformação (Umwandlung) tão completa de sua estrutura como a imaginam Marx e Proudhon – formação de uma Assembleia Nacional de delegados das assembleias provinciais ou regionais, que, por sua vez, se comporiam de delegados das comunas –, de modo que as representações nacionais, na sua forma atual, desapareciam por completo”.

Confundir as concepções de Marx sobre a “destruição do poder estatal, uma excrescência parasitária”, com o federalismo de Proudhon, é sensivelmente monstruoso! Mas não é casual, pois, ao oportunista, nunca lhe passa pela imaginação que Marx não fala aqui de nenhuma maneira do federalismo em oposição ao centralismo, mas da destruição do velho aparato burguês do Estado, existente em todos os países burgueses.

Ao oportunista, somente lhe vem à imaginação o que vê em sua volta, no meio do filiteísmo pequeno-burguês e de estancamento “reformista”, a saber: somente as “municipalidades”! O oportunista perdeu até o costume de pensar na revolução proletária.

Isso é ridículo. Mas, o mais curioso é que, nesse ponto, ninguém contraditou Bernstein. Muitos o refutaram, entre outros Plekhanov, na Rússia, e Kautsky, na Europa ocidental, mas, nem um, nem outro notou essa deformação de Marx por Bernstein.

---

***O federalismo, como princípio, deriva-se logicamente das concepções pequeno-burguesas do anarquismo. Marx é centralista. Em suas observações que acabamos de citar, não há o menor desvio do centralismo. Somente aqueles que estão imbuídos da “confiança supersticiosa” filisteia no Estado podem confundir a destruição do aparato estatal burguês com a destruição do centralismo!***

---

O oportunista anda tão esquecido de pensar revolucionariamente e de pensar na revolução, que vê “federalismo” em Marx, assim confundido com o fundador do anarquismo, Proudhon. E Kautsky e Plekhanov, que pretendem ser marxistas ortodoxos e defender o marxismo revolucionário, calam-se! Essa é uma das raízes dessa extremada vulgarização das ideias sobre a diferença entre marxismo e anarquismo, que caracteriza tanto os kautskistas quanto os oportunistas, dos quais falaremos mais adiante.

Nos comentários já citados de Marx sobre a experiência da Comuna, não há nem sombra de federalismo. Marx está de acordo com Proudhon, precisamente num ponto que o oportunista Bernstein não vê. Marx diverge de Proudhon justamente ali onde Bernstein os vê de acordo. Marx está de acordo com Proudhon, no fato de ambos serem pela “destruição” do aparato moderno do Estado. Essa analogia entre o marxismo e o anarquismo – o de Proudhon e o de Bakunin – nem os oportunistas, nem os kautskistas a querem ver, pois que, nesse ponto, eles mesmos se desviaram do marxismo.

Marx diverge, ao mesmo tempo, de Proudhon e de Bakunin, precisamente na questão do federalismo (sem falar da ditadura do proletariado). O federalismo, como princípio, deriva-se logicamente das concepções pequeno-burguesas do anarquismo. Marx é centralista. Em suas observações que acabamos de citar, não há o menor desvio do centralismo. Somente aqueles que estão imbuídos da “confiança supersticiosa” filisteia no Estado podem confundir a destruição do aparato estatal burguês com a destruição do centralismo!

Ora, se o proletariado e os camponeses mais pobres se apossam do poder político, organizando-se livremente em comunas, e unificam a ação de todas as comunas para golpear o capital, para esmagar a resistência dos capitalistas, para entregar a toda a nação, a toda sociedade, a propriedade privada das estradas de ferro, das fábricas, da terra, etc., não será isso centralismo? Não será isso o centralismo democrático mais lógico e, ainda melhor, um centralismo proletário?

Bernstein não concebe um centralismo voluntário, uma união voluntária das comunas em nação, uma fusão voluntária das comunas proletárias, com o objetivo de esmagar a dominação burguesa e a máquina de Estado burguesa. Bernstein, como bom filisteu, imagina o centralismo como qualquer coisa que, vinda de cima, só pode ser imposta e mantida pela burocracia e pela camarilha militar.

Como se previsse que suas ideias poderiam ser deturpadas, Marx acen-tua, expressamente, que a acusação de que a Comuna pretendia destruir a unidade nacional, abolir o governo central, é uma falsificação deliberada. Marx emprega intencionalmente a expressão: “a unidade nacional seria (...) organizada”, para opor o centralismo proletário, consciente, democrático, ao centralismo burguês, militar, burocrático.

Mas, não há pior surdo do que aquele que não quer ouvir. Os oportunistas da socialdemocracia atual não querem ouvir falar, nem de destruir o poder do Estado, nem de amputar a excrescência parasitária.

## 5. Destruição do Estado Parasitário

Já citamos Marx a este respeito. Só resta completar as citações.

“(…) É destino geral das novas criações históricas – escrevia Marx – serem confundidas com a equivalência de formas de vida social mais antigas e caducas, com as que podem ter uma certa semelhança. Assim, esta nova Comuna que destrói o poder do Estado moderno, foi considerada como uma reprodução das comunas medievais (...), como uma federação de pequenos Estados (como imaginavam Montesquieu e os Girondinos) (...), como uma forma exagerada da antiga luta contra o supercentralismo (...)”

“(…) Na realidade, o regime comunal teria restituído ao organismo social todas as forças até então absorvidas pelo ‘Estado’ parasitário, alimentando-se da sociedade e entorpecendo o seu livre movimento. Com esse fato, teria iniciado a regeneração da França (...)”

“(…) O regime comunal teria colocava os produtores rurais sob a direção intelectual das principais cidades dos distritos, garantindo-lhes ali, na figura dos operários das cidades, os representantes naturais de seus interesses. A própria existência da Comuna implicava, na realidade, um governo local autônomo, mas já não como contrapeso do poder estatal, agora supérfluo.”

“Destruir o poder estatal”, que era uma “excrescência parasitária”; “amputá-lo”, “rompê-lo”; “o poder estatal se tornou agora supérfluo”: essas são as expressões que Marx emprega, referindo-

## 150 anos da Comuna de Paris

se ao Estado, quando avalia e analisa a experiência da Comuna.

Tudo isso foi escrito há quase meio século, e agora temos de escavar, por assim dizer, a fim de trazer ao conhecimento das massas populares um marxismo não deformado. As conclusões extraídas da observação da última grande revolução, vivida por Marx, foram esquecidas precisamente quando chegou o momento das subsequentes grandes revoluções proletárias.

“(…) A multiplicidade de interpretações a que a Comuna foi submetida e a multiplicidade de interesses que se manifestaram em torno dela demonstram que era uma forma política extremamente flexível, enquanto as formas anteriores de governo foram essencialmente repressivas. Seu verdadeiro segredo é este: foi, essencialmente, um governo da classe operária, que resultou da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política, por fim descoberta, sob a qual podia realizar a emancipação econômica do trabalho (...)”.

“Sem essa última condição, o regime comunal teria sido impossível e um erro (...)”

Os utópicos se preocuparam em “descobrir” a forma política, sob as quais teria de realizar a transformação socialista da sociedade. Os anarquistas descartaram totalmente o problema das formas políticas. Os oportunistas da socialdemocracia atual aceitaram as formas políticas burguesas do Estado democrático parlamentar, como um limite do que não se pode ultrapassar; arrebataram-se, de tanto prostrar-se diante deste “modelo”, e por denunciarem como anarquismo todas as

tentativas de romper essas formas.

Marx deduziu, da história do socialismo e da luta política, que o Estado estava condenado a desaparecer, e que a forma transitória de seu desaparecimento (a transição do Estado a não-Estado) seria o “proletariado organizado como classe dominante”. Mas, Marx não se propôs a descobrir as formas políticas que viriam a existir no futuro. Limitou-se à observação exata da história da França, ao analisá-la e extrair a conclusão a que chegou no ano de 1851, ou seja, que os acontecimentos caminhavam para a destruição do aparato estatal burguês.

Quando eclodiu o movimento revolucionário do proletariado, Marx, apesar do revés do movimento, apesar de sua vida curta e de sua evidente debilidade, começou a estudar as formas que tinham se apresentado.

A Comuna é a forma “enfim encontrada” pela revolução proletária, sob a qual se alcançará a emancipação econômica do trabalho.

A Comuna é a primeira tentativa de uma revolução proletária de destruir o aparato estatal burguês; é a forma política, “enfim encontrada”, com a qual pode e deve ser substituído o aparato estatal destruído.

Mais adiante veremos que as revoluções russas de 1905 e 1917, em condições distintas, continuaram a obra da Comuna, e confirmam a genial análise histórica de Marx.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXVII, Akal Editor)

**Nesta edição:**

- **Argentina:** Diante da “segunda onda” da pandemia.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções  
**Comitê de Enlace  
pela Reconstrução  
da IV Internacional**

**Argentina**

## Diante da “segunda onda” da pandemia

*“Quando a história for escrita, quero que me coloquem ao lado de quem cuida da saúde dos argentinos”* – afirmou Alberto Fernández, responsável máximo pelas 58.000 mortes e quase 3.000.000 de contágios na Argentina. Ocorre que o país está entrando na chamada “segunda onda”, várias vezes prevista, desde o final do ano passado. Se tinham tanta certeza de que seria assim, o que fizeram para “cuidar da saúde dos argentinos”?

Atualmente, passamos por um período de mais de 20.000 contágios diários, com mais de 200 mortes diárias, com previsão de continuar aumentando. A porcentagem de vacinação beira o ridículo, com menos de 1,6% da população total vacinada com duas doses. A população de risco nem chega a 15% de vacinação, com uma dose, em nível de país, e ainda existe uma importante porcentagem de trabalhadores da saúde que não recebeu as duas doses. As empresas farmacêuticas têm usado o país como cobaia (como a Pfizer), para depois vender suas vacinas em outros países, outra demonstração do colonialismo a que está submetida a Argentina. É necessário que a população como um todo possa ver quais são as condições exigidas pelas farmacêuticas, que se revelem as negociações secretas.

O governo se esmera em afirmar que a responsabilidade é das “reuniões e confraternizações descuidadas”, transferindo a responsabilidade para a população. E a resposta do governo é limitar o uso de transporte público, em um país com mais de 40% de trabalhadores informais, e restringir a circulação noturna (por enquanto). Talvez seja bom lembrar que o próprio presidente se encontra isolado, em de-

corrência de seu próprio contágio.

Mas a situação real é bem diferente, é mais complexa. Nas últimas semanas, foram revelados inúmeros locais de trabalho em que ocorrem contágios massivos, a exemplo da Toyota, de Zárate, como o caso mais emblemático, em que a empresa se viu obrigada a suspender um turno de 5.000 trabalhadores. É preciso dizer que nesses lugares de trabalho não se aplicam os protocolos de biossegurança, para proteger a saúde de seus trabalhadores, tornando-se, assim, em verdadeiros focos de contágio.

O transporte público está em um estado calamitoso, as imagens de trens, metrô e ônibus abarrotados se repetem diariamente, e a solução, em vez de aumentar a frequência, é “abrir as janelas”.

Todas as obras sociais e pré-pagas aproveitam a situação para economizar os testes, exames e tratamentos para seus filiados. A invasão do parasita Belocopitt na mídia, dono do Swiss Medical Group e América TV, deu seus frutos, e foi autorizado um aumento de 10% em suas mensalidades. Lembremos que, com o ATP e o plano Repro II, as empresas privadas de saúde cobrem um percentual não desprezível do salário de seus trabalhadores. Ou seja, eles diminuem e suspendem consultas e cirurgias agendadas, colocam mil obstáculos para cuidar dos infectados, e mesmo assim recebem recompensa. Eles são os grandes beneficiados pela pandemia.

Depois, vêm as condições de moradia da maioria da população (sobretudo os mais de 4.000.000 de pessoas que vivem em bairros desprovidos de direitos), que se tornam o local ideal para a rápida disseminação do vírus.

E a resposta do governo foi garantir que não haverá um novo IFE, isto é, não está disposto sequer a destinar esse miserável recurso. Nessas condições, aceitar passivamente um novo isolamento social, seria um desastre para as massas. A resposta deve ser rejeitá-lo imediatamente.

É possível afirmar que caminhamos para um desastre sanitário, como nenhum outro. Inclusive maior que o do ano passado. O governo, mais uma vez, mostra toda a sua incapacidade diante da pandemia. Não só o Governo Nacional, mas também os governos estaduais.

Voltando a frase de Alberto Fernández, com a qual iniciamos este artigo, afirmamos que, quando a história for escrita no futuro, deverá mostrar, com toda a sua crueza, que os interesses da burguesia são inconciliáveis com o interesse das massas e dos trabalhadores. A história deverá marcar claramente que, não só na Argentina, mas em todo o mundo, a classe dominante mostrou sua total decomposição e incapacidade de responder à pandemia e proteger a saúde da população. Acontece que não há como enfrentar a pandemia, se não se tomam as medidas necessárias, e essas medidas entram diretamente em contradição com a grande propriedade privada capitalista. Em outras palavras, a resposta somente pode vir da classe que não tenha nenhum vínculo com a grande propriedade. A classe operária deve ter sua política própria diante da pandemia, realizar sua revolução e organizar seu próprio Estado. A humanidade está mais do que nunca entre o socialismo e a barbárie capitalista.

*(Extraído do Jornal Massas, nº 391, órgão do Partido Operário da Argentina)*





## Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No Jornal Massas 633, transcrevemos um longo trecho sobre os sindicatos e a reconstrução da economia sobre novas bases, exposto por Lênin, no III Congresso de toda a Rússia de Sindicatos, abril de 1920. O interesse de Lênin em desenvolver a compreensão do lugar dos sindicatos nas novas condições criadas pela revolução proletária, entre as quais se destacava a necessidade de reerguer a indústria arruinada pelos anos de guerra externa e interna, passou a ser ditado pelas divergências que foram se adensando, desde o IX Congresso do Partido Comunista.

Na V Conferência de toda Rússia de Sindicatos, realizada entre 2 e 6 de novembro de 1920, foram aprovadas as teses “*Tarefas dos Sindicatos na Produção*”, apresentadas por Rudzutak. Em meio à discussão, surgiu uma dissensão entre Trotsky e Tomsy. O ponto central foi a defesa de Trotsky, de que era preciso uma mudança na direção dos sindicatos (“*sacudir os sindicatos*”). Esse acontecimento obscureceu o significado das teses de Rudzutak, com as quais Lênin reconhecerá sua justiça. O fato da V Conferência não sair coesa na aplicação das teses aprovadas deu margem a que se potenciassem as divergências entre Trotsky e Tomsy. Lênin fará uma autocritica, por não ter considerado imediatamente a correção e a importância das teses de Rudzutak. Uma vez que não houve objeção à sua orientação, as divergências que afluíram e se desenvolveram tinham muito de artificialismo.

No documento “*A Crise no Partido*”, Lênin explica: “*A meu critério, o ponto culminante de toda a discussão de 30 de dezembro foi a leitura das teses de Rudzutak. Assim, Bukharin e Trotsky, longe de se atreverem a objetá-las, inventaram a lenda de que ‘a melhor parte’ dessas teses foram elaboradas por membros do Comitê Central do Transporte (...)*”. “*Deduz-se que todas as divergências de Trotsky são artificiais, que nem ele, nem os membros do Comitê Central do Transporte, têm nenhum tipo de ‘tarefas e métodos novos’, e que tudo que é prático e essencial foi dito, aprovado e resolvido pelos sindicatos, inclusive antes de que o problema fosse colocado no Comitê Central. Se alguém deve ser criticado a fundo e ‘sacudido’ não é o Conselho Central dos Sindicatos de toda a Rússia, mas o Comitê Central do PCB, por ter sido omissos quanto às teses de Rudzutak, erro que deu lugar a que se ascendessem uma discussão totalmente vazia*”.

Em seguida, Lênin passa a relatar. “*Em 30 de dezembro, reuni em quatro pontos a essências das teses de Rudzutak: 1) democracia corrente (sem nenhum exagero, sem negar o direito do CC de ‘designar’, etc., mas também sem fazer nenhuma defesa obstinada dos erros e excessos de alguns ‘designados’, que devem ser corrigidos); 2) propaganda da produção (inclusive tudo o que há de prático nas ‘fórmulas’ irresponsáveis, ridículas e tecnicamente errôneas, como ‘democracia da produção’, ‘atmosfera de produção’, etc). Criamos uma instituição soviética: o Comitê de toda a Rússia de propaganda da produção. Devemos apoiá-lo por todos os meios, e não prejudicar o trabalho de produção criando ... teses ruins; isso é tudo; 3) prêmios em espécie; 4) tribunais disciplinares, compostos por camaradas. Sem que se eliminem os pontos 3 e 4, todos os discursos sobre ‘o papel e as tarefas na produção’, etc., é palavreado vazio, petulante, e são precisamente esses dois pontos omitidos no ‘folheto plataforma’, de Trotsky. Mas figuram nas teses de Rudzutak*”.

Na plenária do Comitê Central do partido, realizada em 9 de novembro, portanto, três dias após a V Conferência de toda a Rússia de Sindicatos, Lênin se opõe ao projeto de tese, “*Os Sindicatos e seu Futuro Papel*”, apresentado por Trotsky. Não estava de acordo com a posição intervencionista na direção dos sindicatos. Nas palavras de Lênin, a tese acabava “*defendendo a política da ‘sacudida’, encoberta ou adornada com considerações sobre a ‘gravíssima crise’ por que atravessavam os sindicatos, e sobre suas novas tarefas e métodos*”. A tese de Trotsky foi rejeitada. Por 10 votos a 4, foi aprovada a resolução de Lênin. No fundamental, condena “*a degeneração do centralismo e das formas militarizadas do trabalho em práticas burocráticas, despóticas, etc.*”. Em contrapartida, “*defende as formas sãs de militarização do trabalho*”.

Em meio à divergência entre Lênin e Trotsky, Bukharin se coloca por uma posição amortizadora, formando um “*grupo amortizador*”, segundo a denominação de Lênin. Defende “*não levar as divergências para uma ampla discussão*” e “*revogar o informe de Lênin aos sindicatos*”. Havia de apenas “*apresentar um informe prático, e não polêmico*”. O Comitê Central constitui uma comissão sindical, e indica Trotsky para participar dela, que se nega. Lênin considera essa atitude como um passo que conduziria posteriormente “*ao fracionismo*”. E conclui: “*Sem esse passo, seu erro (apresentação de teses equivocadas) teria sido secundário entre tantos que, em algumas vezes, incorreram todos os membros do CC, sem exceção*”. Como se vê, os desacordos colocaram três importantes membros da direção em conflito, Lênin, Trotsky e Bukharin.

No início de dezembro, Trotsky e Zinoviev, que presidia a Comissão Sindical, retomam o conflito. Dessa vez, a partir do Comitê Central do Transporte. A reunião do Comitê Central do partido, de 7 de dezembro, rejeita “*a proposição prática de modificar imediatamente a composição do Comitê Central do Transporte*”. É aprovada a resolução de Bukharin que, segundo Lênin, “*o aspecto essencial da qual se inclina três quartas partes em favor dos trabalhadores do transporte de água, enquanto a introdução rechaça a proposição de ‘organizar por cima’ os sindicatos, e aprova a célebre democracia da produção*”. Lênin ficou em minoria, “*opondo-se à resolução de Bukharin, principalmente porque consideramos que o amortizador é de papel, pois, a não participação de Trotsky nos trabalhos da Comissão Sindical significa, na prática, continuar a luta, e transferi-la para fora do Comitê Central*”. Lênin propõe, então, a convocação do X Congresso do partido. A proposição foi aprovada.

O prognóstico de Lênin se confirmou. Trotsky publica as teses “*O Papel e as Tarefas dos Sindicatos*”, visando ao congresso partidário. Lênin faz a seguinte consideração: “*Do ponto de vista da democracia formal, Trotsky tem todo o direito de apresentar sua plataforma, uma vez que, em 24 de dezembro, o Comitê Central autorizou a livre discussão. Do ponto de vista do interesse revolucionário, significava aumentar o erro em forma desproporcional, e criar uma fração sobre uma plataforma equivocada*”.

O agravamento das divergências obrigou Lênin a se debruçar sobre o lugar dos sindicatos na construção do socialismo. Problema esse que havia sido colocado já em janeiro de 1918, quando se realizou, em Moscou, o I Congresso de Sindicatos de toda a Rússia.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, Vo. XXXIV, Akal Editor)